

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**FILIPPE MANGIAPELO**

**ESTUDO DO RPPS DE VARGINHA A PARTIR DOS DEMONSTRATIVOS,  
AVALIAÇÕES E RELATÓRIOS ATUARIAIS**

**VARGINHA/MG**

**2025**

**FILIPPE MANGIAPELO**

**ESTUDO DO RPPS DE VARGINHA A PARTIR DOS DEMONSTRATIVOS,  
AVALIAÇÕES E RELATÓRIOS ATUARIAIS**

Trabalho de conclusão de Piepex, apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal de Alfenas como requisito para obtenção do título, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Economia.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Machado Pires

**VARGINHA/MG**

**2025**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

Mangiapelo, Filipe.

Estudo do RPPS de Varginha a partir dos demonstrativos, avaliações e relatórios atuariais / Filipe Mangiapelo. - Varginha, MG, 2025.

49 f. il. -

Orientador(a): Danilo Machado Pires.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.

Bibliografia.

1. RPPS. 2. Balanço Atuarial. 3. Previdência Social. 4. Gestão Atuarial.  
I. Pires, Danilo Machado, orient. II. Título.

**FILIFE MANGIAPELO**

**ESTUDO DO RPPS DE VARGINHA A PARTIR DOS DEMONSTRATIVOS,  
AVALIAÇÕES E RELATÓRIOS ATUARIAIS**

Trabalho de conclusão de Piepex, apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal de Alfenas como requisito para obtenção do título, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Economia.

Aprovado em: 10 de novembro de 2025

Prof. Dr. Danilo Machado Pires

Assinatura:

Universidade: UNIFAL-MG

Prof. Dr. Leonardo Henrique Costa

Assinatura:

Universidade: UNIFAL-MG

Prof. Dr. Wesllay Carlos Ribeiro

Assinatura:

Universidade: UNIFAL-MG

## RESUMO

O presente trabalho analisa a sustentabilidade atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Varginha a partir das avaliações, demonstrativos de resultado e relatórios de gestão atuarial de 2025, identificando características demográficas da população de servidores e os resultados atuariais dos planos do RPPS. Ele também discute as hipóteses adotadas na Avaliação Atuarial e analisa de forma teórica o impacto das variações de algumas premissas e características sobre os resultados atuariais do regime. O trabalho também contextualiza alterações normativas, como portarias e emendas, que influenciaram a gestão do RPPS. Por fim, conclui que a atuação do atuário responsável, da unidade gestora (INPREV) e do ente federativo colaborou com o aumento da transparência e do equilíbrio no plano previdenciário, enquanto o plano financeiro se encontra deficitário, dependendo, por parte do município, de uma série de repasses futuros para a cobertura de suas insuficiências financeiras.

Palavras-chave: RPPS; balanço atuarial; previdência social; gestão atuarial.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the actuarial sustainability of the Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) of Varginha based on actuarial valuations, result statements and management reports, identifying demographic characteristics of the civil servant population and the actuarial outcomes of the RPPS plans in 2025. It also discusses the assumptions adopted in the Actuarial Valuation and theoretically examines the impact of variations in certain assumptions and characteristics on the regime's actuarial results. The work also contextualizes regulatory changes, such as ordinances and amendments, that influenced RPPS management. Finally, it concludes that the actions of the responsible actuary, the managing unit (INPREV) and the federative entity contributed to greater transparency and balance in the pension plan, while the financial plan remains in deficit and depends on a series of future transfers from the municipality to cover its financial shortfalls.

Keywords: RPPS; actuarial balance; social security; actuarial management.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1	IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA MASSA DE SERVIDORES.....	8
1.2	ANÁLISE DO RESULTADO TÉCNICO DO BALANÇO ATUARIAL DE 2025... 8	
1.3	LEITURA DA GESTÃO HISTÓRICA DO RPPS.....	9
<b>2</b>	<b>ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POPULAÇÃO DE SERVIDORES.....</b>	<b>10</b>
2.1	SERVIDORES DO PLANO FINANCEIRO.....	11
2.1.1	Servidores ativos.....	12
2.1.2	Aposentados e pensionistas.....	13
2.2	SERVIDORES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO.....	14
2.2.1	Servidores Ativos.....	16
2.2.2	Aposentados e Pensionistas.....	16
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DO BALANÇO ATUARIAL.....</b>	<b>19</b>
3.1	RESULTADO TÉCNICO DO BALANÇO ATUARIAL.....	19
3.1.1	Resultado técnico do plano financeiro.....	20
3.1.2	Resultado técnico do plano previdenciário.....	22
3.2	ANÁLISE DAS PREMISSAS DOS REGIMES FINANCEIROS.....	25
<b>4</b>	<b>ANÁLISE HISTÓRICA.....</b>	<b>28</b>
4.1	LINHA DO TEMPO DO RPPS DE VARGINHA.....	29
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
	<b>APÊNDICE A – SÉRIE HISTÓRICA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO.....</b>	<b>38</b>
	<b>APÊNDICE B – SÉRIE HISTÓRICA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>39</b>
	<b>APÊNDICE C – SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS E DOS NÚMEROS DE SERVIDORES DOS PLANOS DO RPPS.....</b>	<b>40</b>
	<b>APÊNDICE D – PIRÂMIDES ETÁRIAS.....</b>	<b>41</b>
	<b>ANEXO A – PLANO DE CUSTEIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO (2025). 42</b>	
	<b>ANEXO B – PLANO DE CUSTEIO DO PLANO FINANCEIRO (2025).....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi construído com o intuito de fazer uma leitura sobre as condições em que se encontra o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Varginha em 2025, bem como de explicar algumas das principais mudanças na gestão dos planos de sua previdência de forma teórica e prática, iniciando em 1993 – ano de publicação da Lei municipal n.º 2.404 que funda o RPPS em Varginha – até o presente momento.

Varginha conta com 3.178 servidores ativos e 1.802 inativos, cuja renda média gira em torno de R\$4.024,30 – informação calculada através do demonstrativo de resultado atuarial de 2025 – (CADPREV, 2025). Somados, esses pagamentos resultam em uma folha mensal superior a R\$20 milhões, valor que representa um volume expressivo de recursos em circulação na cidade. Não é difícil imaginar o alcance desse montante, onde cada salário sustenta não apenas o servidor, mas também sua família e seus dependentes, ampliando ainda mais o número de pessoas que se beneficiam direta ou indiretamente dessa renda. Dessa forma, o setor público e a gestão do RPPS municipal exercem influência marcante sobre a economia local, alimentando o consumo, os serviços e a dinâmica financeira da região. Esse peso econômico torna ainda mais relevante o debate sobre a forma como os recursos previdenciários são administrados e distribuídos.

Quando se toca no assunto de gestão previdenciária, é comum ouvirmos críticas corriqueiras quanto à gestão dos recursos da previdência, seja direcionadas aos RPPS, seja ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). É questionado por parte do regime geral, por exemplo, a falta de contribuição por parte dos trabalhadores informais; o baixo nível de contribuição entre os microempreendedores individuais; e o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentar-se (Maio, 2022). Problematiza-se no caso dos RPPS as regras de cálculos atuariais dos RPPS que se baseiam na mesma alíquota de contribuição para todas as classes sociais, não só por tenderem a ter diferentes níveis de longevidade, como também por um apelo à uma melhor distribuição de renda (Gosmann, 2020, 55 min 20 seg); as quantias pagas aos pensionistas dependentes de agentes políticos, militares e outros servidores de cargos públicos específicos (Maio, 2022); e tantas outras opiniões são apresentadas problematizando a eficiência da gestão destes recursos públicos.

Contudo, essa preocupação popular não surge fora de contexto, trata-se de um reflexo tanto de um cenário demográfico marcado pelo envelhecimento populacional, quanto de uma descredibilização das instituições e autarquias das instâncias federativas, alimentada por discursos de corrupção e patrimonialismo que soma-se à atual polarização política (Holmberg,

2008). Holmberg observa ainda que esse quadro de crise política também se relaciona às insuficiências financeiras recorrentes nos países em desenvolvimento. Já em relação à crise demográfica, existem evidências levantadas pelos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam uma fase de transição marcante para o Brasil. Uma notícia que ilustra este cenário é a veiculada no próprio site do IBGE, apontando por exemplo, um aumento de 57,4% de pessoas com mais de 65 anos em apenas 12 anos (IBGE, 2023), ou seja, do censo de 2010 para o de 2022 o bônus demográfico está cada vez mais curto para muitos estados e cidades do Brasil, ou seja, a população em idade ativa está cada vez menor e a em idade inativa está cada vez maior.

Varginha, nesse sentido, ao menos não é alvo de más avaliações da SPREV – órgão fiscalizador dos RPPS – quanto a sua gestão previdenciária (Brasil, 2024a). Porém, assim como no cenário brasileiro, o município também passa por esse envelhecimento populacional – as pirâmides etárias no apêndice E ilustram este envelhecimento populacional –, e apesar do balanço previdenciário varginhense ter recebido o cuidado de ser frequentemente analisado e por vezes replanejado segundo as normas de diversas portarias promulgadas com o passar dos anos, o cenário de equilíbrio atuarial ainda precisa, por esse e outros motivos, de um atento acompanhamento.

Assim, de modo a alcançar seu objetivo, este trabalho realiza um exame das características estatísticas dos servidores públicos, analisa os resultados do balanço atuarial e as alterações das normas e hipóteses que orientam seu cálculo atuarial e ainda observa exercícios anteriores a fim de oferecer uma leitura atualizada dos planos do regime. Construindo, sem desconsiderar sua complexidade e especificidades, uma visão organizada e estruturada em objetivos específicos que serão detalhados nas subseções a seguir.

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA MASSA DE SERVIDORES

Em primeiro lugar, faz-se necessário reforçar os dados estatísticos previamente processados e dispostos na Avaliação Atuarial de 2025 (INPREV, 2025a) e no Demonstrativo de Resultado de Exercício, que traçam o perfil da massa de servidores públicos de Varginha, considerando variáveis como faixa etária, tempo de contribuição, vínculo funcional, distribuição por gênero, e distribuição entre ativos, aposentados e pensionistas. Assim, será realizada uma releitura destes dados com vistas a identificar essas variáveis e discutir seus possíveis impactos sobre o resultado técnico atuarial.

## 1.2 ANÁLISE DO RESULTADO TÉCNICO DO BALANÇO ATUARIAL DE 2025

Após a identificação das características da população de servidores, será realizada a análise do resultado técnico do Balanço Atuarial de 2025. Essa etapa se concentra na avaliação dos dois diferentes regimes financeiros, distinguindo o plano previdenciário – regime de capitalização – do plano financeiro – regime de repartição simples –, tendo como objetivo analisar seus resultados atuariais. Além disso, serão examinados os efeitos da adoção desses regimes e da aplicação de ferramentas e premissas atuariais, como a segregação de massa e a inclusão de gerações futuras no balanço atuarial, sobre o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

Será avaliado também a relação entre as receitas e despesas dos planos do regime, considerando os encargos e arrecadações das provisões matemáticas, além do próprio resultado técnico atuarial. Essa análise permitirá observar o desempenho das estratégias adotadas para assegurar a sustentabilidade do regime ao longo do tempo. Também serão discutidas algumas condições de elegibilidade para as aposentadorias e pensões, bem como outras hipóteses mais específicas que fundamentam os cálculos atuariais do município, garantindo uma leitura crítica e contextualizada dos resultados obtidos.

## 1.3 LEITURA DA GESTÃO HISTÓRICA DO RPPS

Por fim, faremos uma leitura da cronologia dos principais eventos que afetaram ou foram guiados pela gestão do RPPS de Varginha, especialmente nos períodos de promulgação de novas portarias e emendas que alteram as condições de elegibilidade, as hipóteses atuariais, e a exigência de novos direcionamentos à gestão e à fiscalização, avaliando brevemente os seus respectivos impactos sobre o desempenho dos planos do RPPS.

## 2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POPULAÇÃO DE SERVIDORES

Uma análise atuarial está diretamente condicionada ao perfil da população envolvida, como à distribuição por faixa etária e níveis salariais, à composição por gênero, aos vínculos funcionais e até ao tempo de serviço acumulado pelos servidores. Por isso, examinaremos os dados estatísticos dos servidores públicos do município de Varginha coletados da avaliação atuarial de 2025 (INPREV, 2025a).

E para que as estatísticas descritivas encontradas nas subseções a seguir representem mais que simples quantificações pragmáticas, serão tratados os impactos que as características mencionadas acima exercem sobre o resultado atuarial do regime previdenciário. Assim, a começar pela faixa etária, pelo tempo de serviço acumulado e pela composição por gênero, veremos como eles afetam diretamente o passivo do RPPS.

As populações mais envelhecidas elevam os gastos no curto prazo e reduzem a razão ativos/aposentados, aumentando os recursos destinados à folha de pagamento e pressionando as reservas financeiras. Servidores com maior tempo de serviço concentram direitos próximos à concessão, aumentando também o passivo no curto prazo, além de aumentar os valores destes benefícios. Já a predominância feminina tende a ampliar a duração média dos pagamentos por conta da maior expectativa de vida, além de que os padrões laborais com interrupções e a possibilidade de concessão de benefícios 5 anos antes que para os homens, refletem em um menor período de contribuição para mulheres e mesmo que essa diferença seja considerada nos cálculos das alíquotas de contribuição, de forma teórica, isso aumenta o período de recebimento de aposentadorias e pensões, afetando os encargos projetados dos planos. Este mesmo fenômeno de diminuição do período de contribuição também pode ser observado nos cargos com regras especiais de aposentadorias.

A teoria da transição epidemiológica de Omran (1971) ajuda a compreender como, em linhas gerais, as populações têm vivido mais ao longo do tempo, passando de um cenário marcado por altas taxas de mortalidade por doenças infecciosas para outro em que predominam doenças crônicas e degenerativas. Esse aumento da longevidade, entretanto, não ocorre de forma homogênea: indivíduos com maior renda tendem a alcançar uma sobrevida superior, pois dispõem de melhores condições de acesso a práticas de saúde e prevenção. Nesse contexto, os níveis salariais mais altos, por sua vez, aumentam o passivo por beneficiário e, mesmo que também elevem a arrecadação, ampliam a exposição do sistema a maiores riscos. Podemos observar este fenômeno, por exemplo, na relação com a longevidade da massa, uma vez que os servidores com melhores condições financeiras passam a ter mais

acesso a práticas saudáveis, interferindo em hipóteses atuariais, como na possível adoção de tábuas biométricas próprias.

Do ponto de vista da gestão e da política atuarial, o perfil da massa de servidores condiciona hipóteses e premissas de um regime previdenciário, podendo demandar diferentes alíquotas, tetos de crescimento real dos salários, distintas tábuas biométricas e até uma maior adesão às previdências complementares. Por isso, a avaliação atuarial deve modelar essas variáveis conjuntamente, realizando análises de sensibilidade e cenário populacional para medir a exposição a riscos demográficos e financeiros.

Feito essas considerações, podemos então dar sequência à descrição do perfil do RPPS de Varginha. Assim, é necessário salientar que o referido regime próprio opera atualmente sob um modelo de segregação de massas, que contempla dois planos distintos, o plano previdenciário e o plano financeiro. Essa separação foi estabelecida em conformidade com os critérios definidos pela **Portaria MPS nº 403 de 2008** (Brasil, 2008) e com a sanção da **Lei Municipal nº 5.710** no dia **8 de maio de 2013** (Varginha, 2013), tendo como marco temporal o dia **1º de maio de 1994**.

Dessa forma, o **plano financeiro** – caracterizado por não ter acumulação prévia de recursos e por cobrir os benefícios por meio da arrecadação corrente, usando de um modelo de repartição simples – passou a abranger os servidores ativos que tiveram seus direitos reconhecidos pelo sistema antes dessa data, além dos aposentados e pensionistas cujos benefícios foram concedidos até esse marco. Já o **plano previdenciário** – caracterizado pelo regime de capitalização, em que as contribuições dos servidores e do ente público são acumuladas em fundos específicos para garantir o pagamento futuro dos benefícios – passou a ser composto pelos servidores admitidos a partir da data de corte, bem como os beneficiários cujos direitos foram reconhecidos posteriormente (INPREV, 2013, p. 29-30).

Uma vez que existe essa diferenciação entre os planos nos demonstrativos, relatórios e avaliações atuariais do RPPS de Varginha, também separaremos a descrição estatística. Primeiramente analisaremos o plano financeiro e posteriormente o previdenciário.

## 2.1 SERVIDORES DO PLANO FINANCEIRO

Os dados analisados para levantamento das características da população do plano financeiro foram retirados do **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA)** disponível no site do CADPREV (CADPREV, 2025) e na **Avaliação Atuarial de 2025** disponibilizada no site do INPREV (INPREV, 2025a), onde foram consideradas as atualizações dos cadastros dos servidores até o dia 31 de outubro de 2024.

Assim, as informações sobre a quantidade de servidores ativos e inativos, a idade

média, o salário médio, e a porcentagem de gastos com pagamentos em relação ao seu total, segue discriminado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Perfil quantitativo do quadro de servidores do plano financeiro.

Servidores	Qtd	%	Idade Média (em anos)	Salário Médio (em R\$)	Folha de Pagamento (em R\$)	%
Ativos (apos. comum)	68	8,73%	56,43	3.970,62	270.002,33	6,94%
Ativos (apos. especial)	29	3,72%	58,41	8.341,88	241.914,57	6,22%
<b>Ativos</b>	<b>97</b>	<b>12,45%</b>	<b>57,02</b>	<b>5.277,49</b>	<b>511.916,90</b>	<b>13,15%</b>
<b>Inativos</b>	<b>682</b>	<b>87,55%</b>	<b>64,09</b>	<b>4.955,70</b>	<b>3.379.789,91</b>	<b>86,85%</b>
Aposentados	628	80,62%	64,35	5.005,29	3.143.322,12	80,77%
Pensionistas	54	6,93%	61,13	4.379,03	236.467,79	6,08%
<b>Ativos + Inativos</b>	<b>779</b>	<b>100,00%</b>	<b>63,21</b>	<b>4.995,77</b>	<b>3.891.706,81</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Adaptado de INPREV (2025a, p. 12).

Analisando primeiramente algumas características gerais, observamos que a maioria dos servidores do plano já se encontram inativos, e portanto haverá cada vez menos entradas em novas aposentadorias por tempo de serviço e idade, já que este plano se limita somente aos funcionários públicos que iniciaram suas atividades até 1º de maio de 1994, não contando assim com novas entradas.

A avaliação atuarial de 2025 do INPREV faz uma estimativa que até **2030** todos os servidores ativos deste plano estarão inativos. E isso determina a característica de uma população envelhecida e por consequência cara ao regime, já que se trata de um plano em repartição simples havendo, portanto, pouca arrecadação e muitos benefícios – conceito já trabalhado na introdução da segunda seção. Este ponto também pode ser observado pela idade média do total de servidores do plano, **63,21 anos**.

Outra observação que podemos destacar aqui é a comparação entre as médias salariais dos ativos e inativos – **R\$5.277,49** e **R\$4.955,70** respectivamente –, pois o valor aproximado entre os salários das duas massas está relacionado às regras de transição da previdência. Muitos dos beneficiários deste plano recebem benefícios com paridade e integralidade, elevando assim o nível salarial dos aposentados e pensionistas. Este fenômeno pode ser verificado pela comparação com o plano previdenciário que será tratado adiante.

### 2.1.1 Servidores ativos

Em relação aos servidores ativos, iremos ressaltar quatro pontos principais, que são: as idades médias, a proporção entre homens e mulheres, a distribuição de cargos com aposentadoria comum e especial e o nível salarial do grupo. Estas são informações relevantes para o cálculo atuarial devido ao tempo estimado de contribuição para a previdência, que por consequência também diz respeito ao período estimado de recebimento dos benefícios, bem como devido ao valor dos salários e benefícios pagos.

Dessa forma, observamos uma idade média de **57,02 anos** para os servidores ativos do plano financeiro, que é próxima à idade média de entrada em aposentadorias estimada pela Avaliação Atuarial de 2025, sendo esta de **63,02 anos** (INPREV, 2025a, p. 6). Esta informação, no entanto, não causa estranhamento, justamente pelo próprio propósito da segregação de massas, que é dividir a massa de servidores de um regime, de forma a capitalizar os recursos da mais jovem e manter em repartição simples a mais antiga, tornando assim, o plano capitalizado mais barato. Além disso, temos uma distribuição de aproximadamente **66%** de homens para **34%** de mulheres. E associado a essa característica que reduz o tempo mínimo de contribuição, como discutido anteriormente, temos que **30%** estão sob regras especiais de aposentadorias e **70%** sob as comuns.

Observamos também uma alta média salarial em comparação com os servidores ativos do plano previdenciário e até com os padrões salariais da cidade de Varginha-MG, que segundo o site do IBGE Cidades tem média igual a **R\$3.187,80** (IBGE, 2023). E embora esses dados isolados, sem os cálculos atuariais, não digam muito a respeito do resultado técnico atuarial, eles servem – a partir da análise realizada dos impactos das características dessa massa de servidores – como uma perspectiva para a compreensão da porcentagem de indivíduos mais onerosos para o plano financeiro.

### 2.1.2 Aposentados e pensionistas

Em relação aos servidores aposentados podemos extrair algumas informações adicionais da Avaliação Atuarial de 2025 que nos ajudam a compreender melhor a população envelhecida do plano financeiro, mostrando a distribuição de gastos por cada tipo de aposentadoria:

Quadro 2 - Gastos com as aposentadorias do plano financeiro (folha de pagamento).

GASTOS COM APOSENTADORIAS PARA O PLANO FINANCEIRO					
Tempo	Idade	Invalidez	Compulsória	Magistério	Total
R\$ 2.167.066,94	R\$ 148.090,84	R\$ 79.409,96	R\$ 0,00	R\$ 732.206,77	R\$ 3.126.774,51
69,31%	4,74%	2,54%	0,00%	23,42%	100,00%

Fonte: Adaptado de INPREV (2025a, p. 15).

O quadro evidencia que a maior parte dos aposentados vinculados ao plano obteve o benefício por tempo de contribuição, seguido pelas aposentadorias concedidas em razão do exercício do magistério. Essas informações, atreladas à média salarial dos inativos bem próxima à dos servidores ativos, indicam que os servidores públicos do plano financeiro aposentam, em média, mais jovens e com maiores benefícios que os do plano previdenciário como será comparado à frente, tendo estas condições asseguradas pelas regras de aposentadoria do período quando conquistaram seus direitos.

Além disso, embora os dados do quadro não tenham sido comparados com as próprias estimativas anteriores das projeções percentuais de gastos com os diferentes tipos de aposentadorias do plano financeiro – para podermos avaliar a proximidade ou ainda o erro atrelado – podemos observar que, também em comparação ao plano previdenciário, houve pouca incidência de aposentadorias por idade e por invalidez, indicando que se por este o plano não sofre tanto com aposentadorias mais onerosas, por aquele sim, já que muitas aposentadorias do plano financeiro por tempo de contribuição tem paridade e integralidade nos benefícios, o que somado à expectativa de que hoje os servidores permaneçam ativos por mais tempo no sistema, nos revela essa perspectiva de onerosidade.

Contudo, é válido reforçar que os cálculos atuariais levam muitas variáveis em consideração, inclusive as probabilidades de aposentadorias por tipo, portanto, espera-se que, a despeito da comparação dos dados apresentados com o plano previdenciário, os planos de custeio tenham acertado suas contas às próprias especificidades. Feito as ressalvas, nos resta observar que não há registros de aposentadoria compulsória, aquela aplicada obrigatoriamente quando o servidor atinge o limite legal de idade para permanecer em atividade.

## 2.2 SERVIDORES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Assim como para o plano financeiro, os dados utilizados para caracterizar a população vinculada ao plano previdenciário foram extraídos da **Avaliação Atuarial de 2025**, publicada

pelo INPREV (INPREV, 2025a), e do **DRAA de 2025** encontrado no site do CADPREV (CADPREV, 2025) onde os dados dos servidores se encontram posicionados no dia 31 de outubro de 2024.

O levantamento contempla as mesmas variáveis trabalhadas no plano financeiro, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Perfil quantitativo dos servidores do plano previdenciário.

Servidor	Qtd	%	Idade Média (em anos)	Salário Médio (em R\$)	Folha de Pagamento (em R\$)	%
Ativos (apos. comum)	2.329	55,44%	44,26	3.529,62	8.220.483,26	50,90%
Ativos (apos. especial)	752	17,90%	45,32	5.902,01	4.438.312,68	27,48%
<b>Ativos</b>	<b>3.081</b>	<b>73,34%</b>	<b>44,52</b>	<b>4.108,66</b>	<b>12.658.795,94</b>	<b>78,39%</b>
<b>Inativos</b>	<b>1.120</b>	<b>26,66%</b>	<b>65,81</b>	<b>3.116,55</b>	<b>3.490.541,16</b>	<b>21,61%</b>
Aposentados	877	20,88%	67,54	3.305,38	2.898.821,66	17,95%
Pensionistas	243	5,78%	59,56	2.435,06	591.719,50	3,66%
<b>Ativos + Inativos</b>	<b>4.201</b>	<b>100,00%</b>	<b>50,19</b>	<b>3.844,16</b>	<b>16.149.337,10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Adaptado de INPREV (2025a, p. 5)

Dessa forma, uma análise inicial revela que diferentemente do plano financeiro, o plano previdenciário apresenta uma maior proporção de servidores ativos, justamente por abranger todos os servidores que ingressaram no serviço público municipal a partir da data de corte da segregação de massas, **1º de maio de 1994**.

A idade média da população total de servidores do plano é de **50,19 anos**, o que indica uma população relativamente mais jovem e com maior potencial de contribuição ao longo dos próximos anos em relação ao plano financeiro, mas se compararmos a idade média dos trabalhadores ativos do RPPS de Varginha, **44,52 anos**, com a mesma idade média do RGPS, aproximadamente **40 anos** (MAG, 2023), notamos que ainda há, apesar da segregação de massa, uma presença de servidores com idade relativamente avançada. Em parte, isso se deve ao fato de que, em média, os servidores ingressam no setor público aproximadamente aos **29 anos** (INPREV, 2025a, p. 8), mas também deve-se à baixa rotatividade de funcionários, assim temos essa maior probabilidade de observar uma população um pouco mais envelhecida que a do regime geral de previdência.

Associado à idade média de ingresso, temos também a idade média de aposentadoria projetada que é de aproximadamente **63 anos** (INPREV, 2025a, p. 6), isto é, os servidores que

se aposentam pelo RPPS contribuem em média por aproximadamente **34 anos** para a previdência própria.

Ainda realizando comparações, podemos destacar a relação existente entre as médias salariais dos ativos e inativos do plano previdenciário com as mesmas médias do financeiro, sendo que enquanto o financeiro apresenta valores aproximados entre as médias salariais dos ativos e inativos, o previdenciário apresenta uma maior distância entre suas médias salariais. Esta discrepância salarial entre os servidores ativos e inativos do plano previdenciário e suas médias salariais mais baixa em relação ao plano financeiro, ocorrem devido às modificações nas normativas que regulam as condições de elegibilidade e de sustentabilidade dos RPPS, tanto por parte das portarias da Secretaria do Ministério da Previdência Social, quanto por parte de emendas constitucionais aprovadas no congresso.

### **2.2.1 Servidores Ativos**

Em relação aos servidores ativos do plano previdenciário, iremos destacar dois dos quatro pontos trabalhados anteriormente na análise estatística dos servidores ativos do plano financeiro, uma vez que já realizamos a discussão sobre a faixa etária e os níveis salariais do plano previdenciário. Assim, será discutido à seguir, a proporção entre homens e mulheres, e a distribuição de cargos com aposentadoria comum e especial do grupo. Estas duas informações são relevantes para o cálculo atuarial devido à necessidade de estimar o tempo de contribuição para a previdência, que por consequência também diz respeito ao período estimado de recebimento dos benefícios, afetando diretamente a captação de recursos e a formulação de reservas financeiras que serão investidas nesse regime de capitalização.

Entre os servidores ativos do plano previdenciário, observa-se uma inversão em relação ao plano financeiro, com a predominância de 68% de mulheres frente a 32% de homens. Esse dado reforça o impacto do setor público na igualdade de gênero no mercado de trabalho, já que 2.128 dos 3.178 cargos municipais são ocupados por mulheres, cujos salários se mantêm acima da média salarial varginhense. Além disso, cerca de 24% dos servidores estão enquadrados em regimes especiais de aposentadoria – como no magistério e na área da saúde – enquanto os 76% restantes seguem em regime comum. Essa composição influencia diretamente as projeções atuariais, uma vez que os regimes especiais e as regras diferenciadas para as mulheres permitem a aposentadoria com tempo de contribuição reduzido.

## 2.2.2 Aposentados e Pensionistas

Para compreendermos a população de servidores inativos com maior precisão, utilizaremos a distribuição de aposentadorias entre os tipos de benefícios concedidos. Como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 4 – Gastos com as aposentadorias do plano previdenciário (folha de pagamento).

GASTOS COM APOSENTADORIAS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO					
Tempo	Idade	Invalidez	Compulsória	Magistério	Total
R\$ 1.586.755,39	R\$ 444.997,40	R\$ 357.250,62	R\$ 6.261,80	R\$ 503.556,45	R\$ 2.898.821,66
54,74%	15,35%	12,32%	0,22%	17,37%	100,00%

Fonte: Adaptado de INPREV (2025a, p. 9)

Comparando os gastos entre os benefícios concedidos pelo plano previdenciário com o financeiro – como também havia sido feito anteriormente para o plano financeiro –, observa-se uma distribuição mais equilibrada entre os benefícios, e essas informações nos permitem entender como os servidores têm se aposentado até o momento.

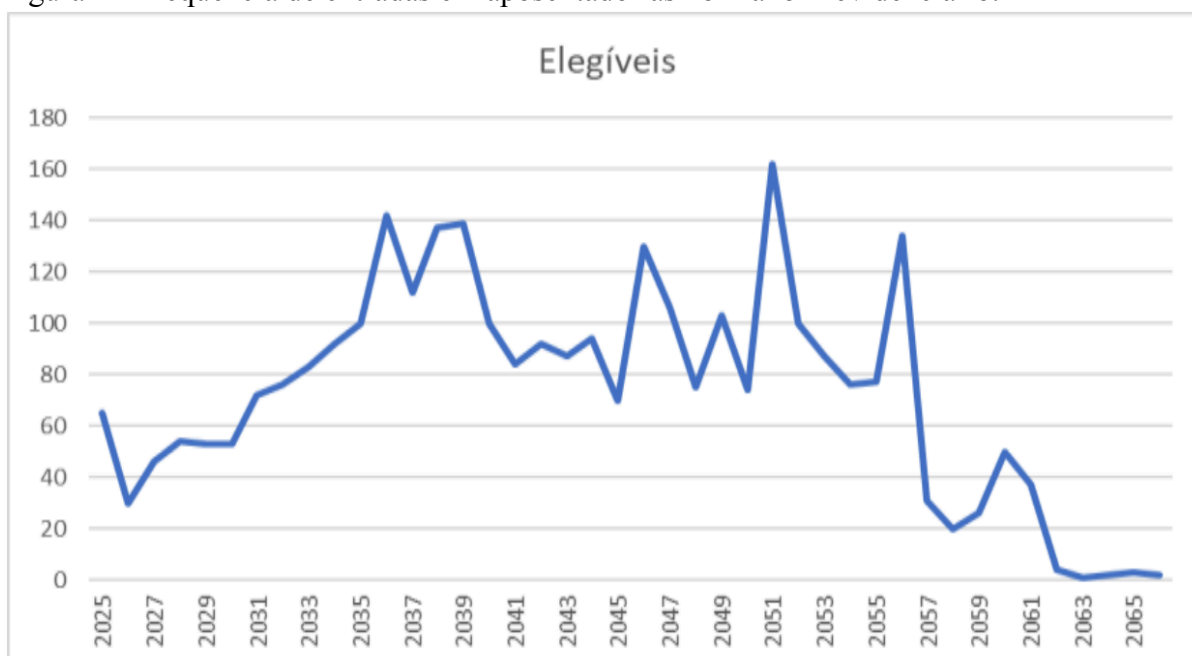
Nota-se como existe um aumento significativo nos gastos com aposentadorias por idade e por invalidez: as aposentadorias por idade passaram de **4,74%** do total de gastos no plano financeiro para **15,35%** no plano previdenciário, enquanto as por invalidez cresceram de **2,53%** para **12,32%**. Assim, o maior gasto com aposentadorias por idade pode indicar que as mudanças nas políticas de elegibilidade surtiram o efeito esperado, fazendo com que os servidores permanecessem ativos por mais tempo no sistema. Mas essa estatística também pode estar atrelada ao fato de que os servidores que entraram para o regime após a data de corte da segregação de massas – 1º de maio de 1994 – não poderiam se aposentar por tempo de contribuição até 2024 no caso das mulheres e até 2029 no dos homens, fazendo com que as estatísticas tendessem ao aumento de gastos com aposentadorias por idade.

Fazendo também um comparativo entre o número de benefícios concedidos entre os dois planos, notamos que em decorrência de uma maior média salarial para os servidores inativos do plano financeiro, os gastos quase se equiparam – média salarial de **R\$3.116,55** para os servidores inativos do plano previdenciário, e de **R\$4.955,70** para os mesmos do plano financeiro –, mesmo com o plano financeiro contando apenas com **60,89%** da quantidade de beneficiários do previdenciário. Isso demonstra como os princípios de paridade e integralidade podem gerar desafios no equacionamento dos cálculos atuariais que não

inviabilizam o orçamento do município, principalmente quando associados ao contexto de envelhecimento populacional.

Embora hoje o plano previdenciário concentre uma quantidade de aproximadamente **11** segurados na fase ativa para cada **4** na inativa, espera-se um crescimento na parcela de aposentados para os próximos anos, este cálculo é feito com base nas entradas dos servidores e na idade média projetada para as aposentadorias programadas. Para ilustrar este cenário, foi retirado da Avaliação Atuarial de 2025 um histograma que mostra a projeção de entradas em aposentadorias para a população atual de servidores:

Figura 1 - Frequência de entradas em aposentadorias no Plano Previdenciário.



Fonte: INPREV (2025a, p. 10)

O gráfico mostra esta expectativa de aumento na quantidade de entradas em aposentadorias para os próximos anos, o que associado aos dados apresentados, reforça a importância de acompanhar a evolução demográfica da massa de servidores a fim de garantir a solvência do plano previdenciário, bem como seu equilíbrio atuarial nos próximos exercícios.

### 3 ANÁLISE DO BALANÇO ATUARIAL

A análise adotada do balanço atuarial de Varginha vai além da simples verificação dos saldos financeiros e atuariais dos planos do RPPS, abrangendo também as hipóteses técnicas e legais que sustentam a solidez do regime. Diante do envelhecimento populacional e das crescentes pressões fiscais impostas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), esse exame procura verificar a configuração previdenciária atual e qual a sua perspectiva de sustentabilidade ao longo do tempo.

Entre as hipóteses e premissas analisadas estão: a adoção da taxa real de juros para o cálculo das provisões matemáticas, o uso das tábuas biométricas, as projeções de crescimento salarial, os percentuais destinados aos custos administrativos, as alíquotas de contribuição dos servidores e do ente público, e o conjunto de normas federais e municipais, que definem os critérios de elegibilidade aos benefícios previdenciários.

A partir desses elementos, o estudo do balanço atuarial se propõe a oferecer um panorama geral que permita compreender com maior clareza a eficiência do RPPS e sua capacidade de se manter sustentável no longo prazo.

#### 3.1 RESULTADO TÉCNICO DO BALANÇO ATUARIAL

Nossa análise do balanço previdenciário começa pela identificação das receitas que sustentam cada um dos planos, adotando a nomenclatura utilizada nas avaliações atuariais dispostas no site do INPREV (INPREV, 2025a). Em primeiro lugar, entram os “Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios”, ou seja, o conjunto de recursos e investimentos já constituídos para honrar as obrigações futuras. A esse montante somam-se as projeções de contribuições do regime, tanto para os benefícios já concedidos, quanto para os servidores ativos cujos benefícios estão a conceder, assim temos: o “Valor Atual das Contribuições Futuras e Compensações a Receber – Benefícios Concedidos”, que são receitas esperadas provenientes das contribuições dos atuais servidores cujos benefícios já estão em vigor, bem como suas compensações previdenciárias (COMPREV) entregues pelo RGPS ou por outros RPPS; e o “Valor Atual das Contribuições Futuras e Compensações a Receber – Benefícios a Conceder”, que refere-se às contribuições projetadas e os valores do COMPREV para aqueles que ainda não tiveram seus benefícios oficialmente concedidos, mas cujos direitos já estão sendo garantidos.

Do lado dos custos, o nosso condensado balanço discrimina dois grupos de encargos: o

“Valor Atual dos Benefícios Futuros – Encargos de Benefícios a Conceder” e o “Valor Atual dos Benefícios Futuros – Encargos de Benefícios Concedidos”. O primeiro corresponde à obrigação do ente federativo no financiamento das aposentadorias e pensões que serão concedidas aos servidores que ainda estão em atividade. Já o segundo, agrupa o mesmo passivo só que relacionado aos benefícios já concedidos, isto é, o valor presente necessário para o pagamento futuro de proventos de todos os aposentados e pensionistas que integram os planos.

Embora nossa análise se pautem em outros fatores além do resultado técnico do balanço atuarial, a comparação entre as receitas e custos ao longo dos anos é o cerne da nossa avaliação sobre a sustentabilidade atuarial. Dessa forma, quando os ativos garantidores somados às contribuições futuras e compensações previdenciárias superam o valor dos encargos, o plano se encontra em superávit atuarial, o que não implica necessariamente no melhor cenário possível, pois o excesso também pode ser atrelado a um nível de contribuição desnecessário por parte dos servidores. A depender do contexto, podemos perceber o equilíbrio atuarial como o melhor cenário possível, já que assim temos todas as arrecadações devidamente destinadas às despesas do sistema, ou seja, sem sobras nem insuficiências. Outro cenário possível, mas indesejado, é quando o valor dos encargos superam as arrecadações, nessa circunstância os déficits precisam ser equacionados por ajustes nas taxas e alíquotas, além de possíveis revisões dos instrumentos atuariais utilizados – a exemplo da segregação de massas e regimes financeiros – ou ainda por novas receitas oriundas de alíquotas suplementares, aportes e parcelamentos.

### 3.1.1 Resultado técnico do plano financeiro

Antes de fazer qualquer consideração a respeito do plano financeiro, segue abaixo um quadro resumido do balanço atuarial retirado do CADPREV para o exercício de 2025 contendo os valores de cada ativo e de cada passivo expresso em saldos – o anexo B deste trabalho mostra o Plano de Custeio de 2025 para o plano financeiro completo.

Quadro 5 – Demonstrativo do balanço atuarial de 2025 do plano financeiro.

(continua)

BALANÇO ATUARIAL DE 2025 DO PLANO FINANCEIRO	Geração Atual
Ativos Garantidores Dos Compromissos Do Plano De Benefícios	R\$ 66.984.309,56
<b>Provisão Matemática Dos Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$ 436.754.359,89</b>

Quadro 5 – Demonstrativo do balanço atuarial de 2025 do plano financeiro.

(conclusão)	
Valor Atual Dos Benefícios Futuros - Encargos De Benefícios Concedidos	(R\$ 517.380.626,90)
Valor Atual Das Contribuições Futuras E Compensações A Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 80.626.267,02
<b>Provisão Matemática Dos Benefícios A Conceder :</b>	<b>R\$ 69.405.616,70</b>
Valor Atual Dos Benefícios Futuros - Encargos De Benefícios A Conceder:	(R\$ 83.033.775,32)
Valor Atual Das Contribuições Futuras E Compensações A Receber - Benefícios A Conceder:	R\$ 13.628.158,62
<b>Resultado Atuarial (Déficit)</b>	<b>(R\$ 439.175.667,03)</b>
Provisão Matemática Para Cobertura De Insuficiências Financeiras Assegurada Por Lei:	R\$ 439.175.667,03

Fonte: Adaptado de CADPREV (2025)

Analisando os saldos devedores e credores dos benefícios já concedidos, temos que o valor atual dos encargos é de **R\$517.380.626,90**, enquanto as contribuições futuras e compensações a receber somam **R\$80.626.267,02**, correspondendo a cerca de **15,6 %** de cobertura desses encargos.

Para os benefícios a conceder, os encargos projetados totalizam **R\$83.033.775,32**, com contribuições futuras e compensações estimadas em **R\$13.628.158,62**, o que representa aproximadamente **16,4 %** de cobertura.

Assim, o resultado atuarial do plano – sem as provisões para cobertura das insuficiências – apresenta um déficit de **R\$439.175.667,03**, evidenciando como os ativos garantidores e as receitas projetadas não são suficientes para cobrir o valor presente dos encargos de benefícios concedidos e a conceder. Esse déficit, num contexto de segregação de massas, se destaca no plano financeiro por consequência dos critérios utilizados na construção dessa segregação, onde, a fim de trazer transparência, controle e economicidade para o plano previdenciário do RPPS, foi realizado em **2013** o corte na massa de servidores que trouxe para o plano financeiro a parcela mais antiga dos servidores e portanto com menor potencial de contribuição. Contudo é importante ressaltar que apesar do plano financeiro trazer esse panorama de menor arrecadação que despesas, ele não foi criado pela segregação de massas, esses valores de encargos sempre existiram, eles apenas ficaram mais evidentes com a separação.

Ainda sobre o resultado técnico do plano financeiro, temos a “Provisão Matemática

Para Cobertura das Insuficiências Financeiras” no mesmo valor do referido déficit. Esta receita que cobre esse primeiro resultado deficitário, está estruturada sob o Regime Financeiro de Repartição Simples, no qual o ente federativo assume, mês a mês, a responsabilidade do custeio da folha de pagamento dos inativos e das respectivas insuficiências, até a extinção da massa de segurados vinculados ao Plano Financeiro.

Essa abordagem de custeio exigiu não apenas o comprometimento com desembolsos correntes por parte do município, mas também uma estratégia de redução do déficit atuarial que envolveu a definição adequada das alíquotas normais de contribuição ajustada em **2020** para **33%** da folha de pagamento do plano (INPREV, 2020, p. 38); a adoção a partir também de **2020** das mesmas taxas de juros atuariais do plano previdenciário para o financeiro (INPREV, 2020, p. 40), estratégia que propriamente não reduz o déficit real, mas que insere no balanço o valor que hoje é necessário ter para se cumprir as obrigações futuras do plano, ponto que pode ser problematizado dado o tamanho das provisões para a cobertura das insuficiências financeiras em relação às arrecadações atreladas às contribuições; e a utilização de recursos oriundos da compensação previdenciária como está descrito na Avaliação Atuarial de 2025 (INPREV, 2025a, p. 40). Além disso, o equacionamento do plano de custeio depende da gestão eficiente dos investimentos referentes ao regime de capitalização, uma vez que este pode fornecer aportes ao plano, mesmo que com muitas ressalvas, e depende também do controle rigoroso dos custos administrativos estabelecidos a partir de **2022** em **3%** da folha de pagamento (INPREV, 2022, p. 21) e até de uma criteriosa concessão dos benefícios.

Já em relação ao exercício de 2024, temos os dados retirados do Relatório da Gestão Atuarial de 2025 disposto no site do INPREV, que apontam receitas realizadas para o plano financeiro no valor de **R\$6.611.036,27**, o que é **7,87%** abaixo do estimado em **R\$7.175.730,01**, e essa pode ser considerada como uma diferença relativamente pequena em comparação às variações dos anos anteriores. Quanto às despesas, o plano financeiro consumiu **R\$43.953.416,17**, valor que é **6,34%** superior aos **R\$ 41.332.217,56** projetados, mas ainda assim manteve-se dentro de uma margem de divergência considerada coerente pelo relatório de gestão atuarial, sendo um desvio razoável tido como pelo menos inferior a 10% (INPREV, 2025b, p.3).

Esse desempenho sugere alguma eficácia dos modelos atuariais do INPREV, que conseguiram estimar com razoável aproximação as variáveis econômicas e demográficas do resultado financeiro em 2024. O pequeno desvio entre valores estimados e realizados, diante de uma massa de servidores envelhecida e sob regras de transição, aponta relativa consistência na previsão dos fluxos futuros, mas ainda exige atenção quanto à gestão dos

recursos e formulação das premissas até o encerramento de suas obrigações.

### 3.1.2 Resultado técnico do plano previdenciário

Assim como na seção anterior, antes de fazer qualquer consideração a respeito do plano previdenciário, segue abaixo um quadro resumido do balanço atuarial encontrado no CADPREV, com os valores de cada ativo e passivo do plano previdenciário expresso em saldos – o anexo A deste trabalho mostra o Plano de Custeio de 2025 completo para o plano previdenciário.

Quadro 6 – Demonstrativo do balanço atuarial do plano previdenciário de 2025.

BALANÇO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DE 2025	Geração Atual
Ativos Garantidores Dos Compromissos Do Plano De Benefícios	R\$ 593.985.857,10
<b>Provisão Matemática Dos Benefícios Concedidos</b>	<b>(R\$ 429.189.373,94)</b>
Valor Atual Dos Benefícios Futuros - Encargos De Benefícios Concedidos	(R\$ 506.243.006,00)
Valor Atual Das Contribuições Futuras E Compensações A Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 77.053.632,05
<b>Provisão Matemática Dos Benefícios A Conceder :</b>	<b>(R\$ 162.748.277,64)</b>
Valor Atual Dos Benefícios Futuros - Encargos De Benefícios A Conceder:	(R\$ 842.490.663,5)
Valor Atual Das Contribuições Futuras E Compensações A Receber - Benefícios A Conceder:	R\$ 679.742.385,9
<b>Resultado Atuarial (superávit)</b>	<b>R\$ 2.048.205,50</b>

Fonte: Adaptado de CADPREV (2025)

Analisando os saldos devedores e credores dos benefícios já concedidos, temos que o valor atual dos encargos é de **R\$506.243.005,99**, enquanto as contribuições futuras e compensações a receber somam **R\$77.053.632,05**, cobrindo apenas **15,2 %** desses encargos, valor que é bem próximo à mesma porcentagem em relação ao plano financeiro. No caso dos benefícios a conceder, os encargos presentes totalizam **R\$842.490.663,52**, e as contribuições futuras e compensações projetadas em **R\$679.742.385,88**, o que equivale a **80,7 %** de cobertura, que por sua vez representa um aumento devido tanto ao regime de capitalização, quanto à diferentes critérios de elegibilidade para a aposentadoria.

Quanto ao saldo atuarial, temos um superávit de **R\$2.048.205,50** demonstrando que os ativos garantidores somados às contribuições projetadas para todo o período de contribuição dos atuais servidores são ligeiramente superiores ao valor presente dos encargos de benefícios

concedidos e a conceder.

É válido lembrar que esse resultado superavitário só foi possível para o plano previdenciário devido à mesma segregação que gerou um déficit no plano financeiro. Contudo, em complemento às considerações feitas sobre a segregação de massas, é necessário ressaltar que essa ferramenta de amortização do déficit permitiu uma separação dos recursos do RPPS, o que gerou a possibilidade de melhorias na gestão atuarial do plano previdenciário. Um exemplo de melhoria para o plano, é quanto à sua economicidade, onde a adesão do plano previdenciário a um regime financeiro de capitalização, aumentou a proporção de cobertura das provisões matemáticas dos benefícios a receber, tornando-o mais barato para o sistema.

Apesar do plano revelar um quadro de superávit atuarial, sua margem é muito enxuta — aproximadamente **0,15 %** do total dos encargos — o que torna o superávit bastante sensível a alterações nas premissas, como na taxa real de juros, nas tábuas de mortalidade, nas projeções de crescimento salarial, e também às transições demográficas. E isso reforça a necessidade de um vigilante acompanhamento das partes que administram o RPPS.

Ainda sobre o resultado do balanço atuarial, vale ressaltar que apesar de não ter sido considerado no balanço atuarial desse trabalho, a Avaliação Atuarial de 2025 acrescenta a premissa de gerações futuras no seu balanço, tendo elevado o resultado superavitário do plano para **RS122.981.898,34** (INPREV, 2025a, p. 41). Essa premissa está discriminada nas normativas da **Portaria MPS nº 3.811 de 2024**, onde permite-se a inclusão dos servidores que ainda entrarão para o RPPS no cálculo atuarial (Brasil, 2024b). E embora as projeções das gerações futuras sejam valiosas para se ter uma previsão da eficácia do plano no longo prazo, esse estudo se limitou à apontar o superávit relativo somente à geração atual, uma vez que o recorte do trabalho é voltado para uma leitura mais conservadora e concreta do RPPS de Varginha no ano de 2025, e também pelo fato dos regimes de previdência privada serem muito suscetíveis às mudanças políticas e sociais – tema que será abordado na seção 4 –, fazendo-se necessário um contínuo monitoramento para a preservação do equilíbrio intergeracional do plano.

As hipóteses atuariais vigentes do plano previdenciário relatadas na Avaliação Atuarial de 2025 serão retomadas adiante na análise histórica, mas a princípio temos as seguintes condições: a taxa de juros real se encontra em **5,24%**, valor que afeta diretamente as provisões matemáticas e que oscila entre 5% e 6% desde 2019; a taxa de custo administrativo permanece em **3%** desde 2020; temos uma taxa de crescimento salarial real persistente de **1% a.a.** nas avaliações atuariais, mesmo que a média das taxas observadas desde 2013 seja de **2,38%** – pode ser calculada a partir do apêndice B deste trabalho –, essa inconsistência entre

a taxa calculada e a observada pode implicar um aumento no passivo atuarial, cabendo, portanto, uma possível mudança na análise dessa premissa por parte dos formuladores; temos ainda as tábuas biométricas do **IBGE de 2023 separada por sexo**, e a **Alvaro Vindas** que são utilizadas para as projeções de aposentadorias e pensões; e por último, mas não menos importante, temos as taxas de contribuição para o ente federativo em **19%** e as do servidor em **14%**, totalizando assim em **33%** de alíquota normal de contribuição do plano (INPREV, 2025, p. 20).

Já em relação ao exercício de 2024, temos os dados retirados do Relatório da Gestão Atuarial de 2025 disposto no site do INPREV, que apontam receitas realizadas para o plano previdenciário no valor de **R\$69.766.053,16**, superando em **30,68 %** o valor projetado de **R\$53.388.033,94**. Esse desempenho mais otimista que o previsto, deve-se à contabilização de **R\$4.366.220,95** referentes às competências de dezembro e as contribuições oriundas dos 13º salários de 2023. Esses valores, somados ao ingresso de **135** novos servidores ao longo do ano, e ao reajuste salarial efetivo de **8%** – ante os 6% projetado, considerando a inflação –, resultaram nessa receita acima do esperado para o exercício de 2024. O relatório aponta também que as despesas para o mesmo exercício somaram-se em **R\$44.289.365,55**, ficando **8,22 %** abaixo do montante estimado de **R\$48.258.375,12**, sendo que essa economia decorreu do fato de que apenas **55** aposentadorias foram concedidas, em vez das **70** estimadas (INPREV, 2025, p. 1-7).

Assim, o exercício do plano previdenciário de 2024 apresentou um resultado financeiro inesperado, com receitas maiores e despesas menores que o previsto, ultrapassando até mesmo o desvio aceitável de 10%, conforme mencionado anteriormente. Esse desempenho financeiro, em contraste ao do plano financeiro, indica uma falha na estimação dos valores, e embora o resultado seja favorável ao exercício e os cálculos atuariais se apoiem em estimativas que tendem a convergir na média das observações, a diferença reduz a credibilidade das projeções seguintes do plano.

### 3.2 ANÁLISE DAS PREMISSAS DOS REGIMES FINANCEIROS

Na Avaliação Atuarial de 2025 do RPPS de Varginha, as premissas foram construídas gradualmente respondendo à inúmeros pressupostos legais, mas podemos destacar em especial uma portaria que por unificar muitas outras, serve como orientação geral para a construção da avaliação e do demonstrativo atuarial, além de algumas emendas que delimitam as possibilidades de aposentadoria.

A Portaria utilizada como norte para a construção dos documentos que serviram como referência para este trabalho é a **MTP nº 1.467/2022**. Ela vem para unificar outras portarias, exigindo demonstrativos de viabilidade orçamentária e fiscal do plano de custeio, que reforçam a consolidação dos indicadores de acompanhamento dos RPPS por parte da Secretaria de Previdência (SPREV), vincula também a aprovação das hipóteses e do plano de custeio à exigências de governança e prestação de contas, implicando na regulação das taxas e alíquotas para a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) (Brasil, 2022).

As emendas **E.C. n 20/98, E.C. n.º 41/03, E.C. n.º 47/05, E.C. n.º 70/12 e E.C. n.º 103/19**, descrevem vários regimes de aposentadoria e pensão com diversos requisitos de idade, como, tempo de contribuição, tempo de serviço e cálculos de proventos, além de regras específicas para professores, profissionais de saúde e regimes de transição com pedágio e abonos (INPREV, 2025, p. 17-19). Essas diferenças nas regras determinam perfis distintos de direito adquirido, e não obstante, a necessidade de diferentes compromissos financeiros, criando heterogeneidade nas parcelas de benefício, que afetam o fluxo de pagamentos esperados do RPPS.

Assim, a boa mensuração do passivo atuarial depende da identificação correta dos grupos de servidores, da adoção de hipóteses coerentes sobre mortalidade, invalidez, crescimento salarial e juros atuarial, bem como também é preciso considerar as regras de integralidade e paridade sobre a evolução dos benefícios, além de ser necessário realizar análises de sensibilidade para quantificar riscos e a volatilidade das reservas. Em suma, a complexidade e a diversidade das regras de aposentadorias e pensões exigem rigor técnico na seleção de hipóteses atuariais.

O RPPS de Varginha estabelece diferentes critérios de elegibilidade para seus benefícios, e em complemento às considerações acima, a seguir segue um panorama geral das condições de elegibilidade para os benefícios: a aposentadoria por idade é concedida aos **65 anos** para homens e **60 anos** para mulheres, sendo compulsória aos **75 anos**; já a aposentadoria por invalidez exige comprovação de invalidez total ou parcial permanente, com reavaliações periódicas; em caso de pensão por morte, o valor do benefício corresponde a **100%** da aposentadoria base até o teto do INSS, com redução de **30%** sobre o excedente; os professores têm direito à aposentadoria especial com redução de **5 anos** no tempo de contribuição em relação aos demais servidores; e os profissionais da saúde podem se aposentar com **25 anos** de contribuição – desde que apresentem as documentações exigidas – implicando em aposentadorias antecipadas e maior impacto ao resultado atuarial (INPREV, 2025, p. 17-19).

Para a mensuração do passivo previdenciário, a avaliação atuarial de 2025 adotou as **tábuas de mortalidade do IBGE (2023) separada por sexo** e a **Álvaro Vindas**, ambas recomendadas pela SPREV, pois refletem as mais recentes expectativas de sobrevivência e de ocorrências de invalidez. Outro dado relevante para essa mensuração são as taxas de contribuição apuradas por meio de cálculos atuariais, estando fixadas em 19% da parte patronal sobre os servidores em geral, 25% da parte patronal sobre os professores e 14% da parte dos próprios servidores (INPREV, 2025, p. 35-37). A escolha biométrica, alinhada às alíquotas de contribuição, são fundamentais para acertar o equacionamento das provisões matemáticas.

A hipótese sobre a taxa de juros real utilizada foi de **5,24% a.a.**, ela corresponde à taxa de juros parâmetro da avaliação atuarial, e é aplicada para trazer os fluxos dos benefícios futuros à valor presente, definindo quanto os compromissos atuariais valem hoje. Essa taxa determina diretamente o cálculo da provisão matemática das obrigações e, portanto, o tamanho do passivo atuarial. Ou seja, quanto maior a taxa adotada, menor o valor presente dos benefícios e menor o passivo registrado, e quanto menor a taxa, maior o passivo e, portanto, maior a necessidade de alíquotas de contribuição mais elevadas. Outra taxa importante para o resultado das provisões matemáticas é a taxa de crescimento salarial estabelecida em **1% a.a.**, pequenas variações nas referidas taxas impactam fortemente o passivo atuarial e, por consequência, o superávit ou déficit atuarial projetado (Gosmann, 2020, 104 min 23 seg).

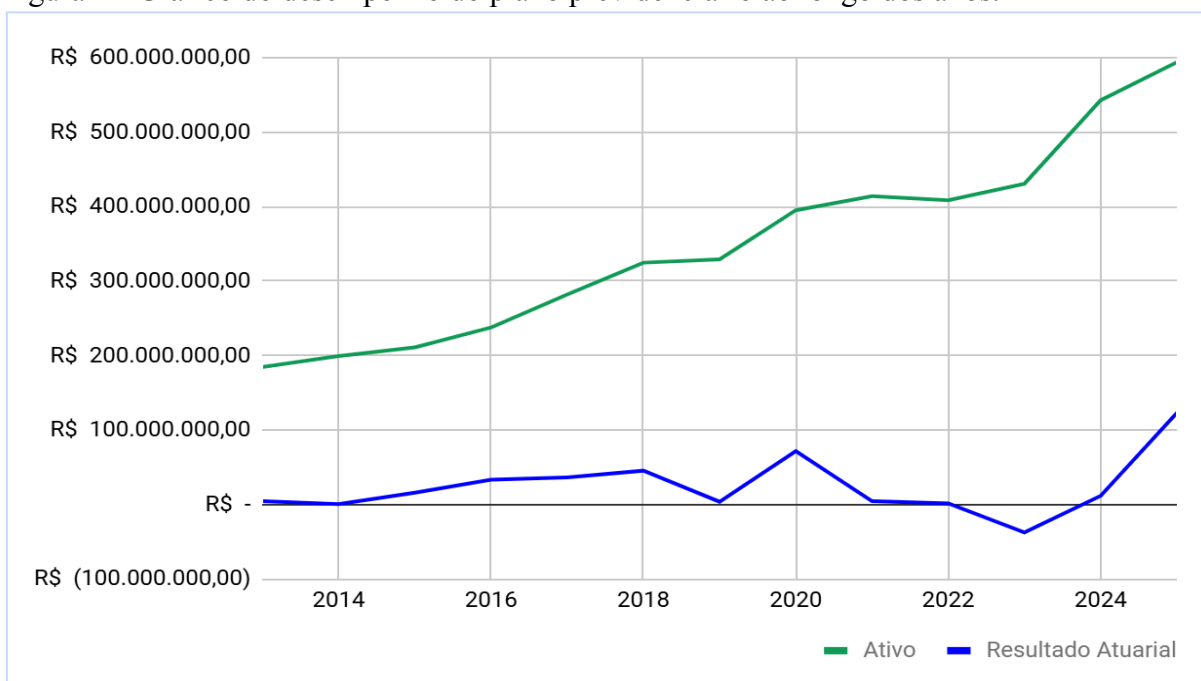
Todo o processo de validação das hipóteses tramita formalmente entre o ente federativo, o atuário e a Prefeitura – principalmente após a **portaria MTP 464/2018** (Gosmann, 2020, 11 min 20 seg) –, envolvendo documentos como o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, o Termo de Contrato de Prestação de Serviços Atuariais, planilhas de demonstração demográfica e econômica, o Relatório de Premissas e o próprio Relatório de Avaliação Atuarial. Esses papéis são submetidos à SPREV e aos Tribunais de Contas para exame e fiscalização, assegurando transparência, correção técnica e observância de leis, portarias e resoluções aplicáveis.

## 4 ANÁLISE HISTÓRICA

Para entender a evolução do Regime Próprio de Previdência Social de Varginha, foram reunidos os principais atos que definiram sua criação, reorganização e ajustes ao longo do tempo. Essa visão histórica ajuda a contextualizar as mudanças de leis municipais e portarias do ministério da previdência social (MPS) e em como elas afetaram o equilíbrio financeiro do INPREV.

E para auxiliar a compreensão dos efeitos dessas mudanças históricas, abaixo segue o gráfico que ilustra a série histórica do ativo e do resultado atuarial dos planos, permitindo enxergar de forma generalizada a trajetória desses saldos, bem como os efeitos que alguns marcos importantes como a segregação de massas e os ajustes de alíquotas exercem sobre esses valores.

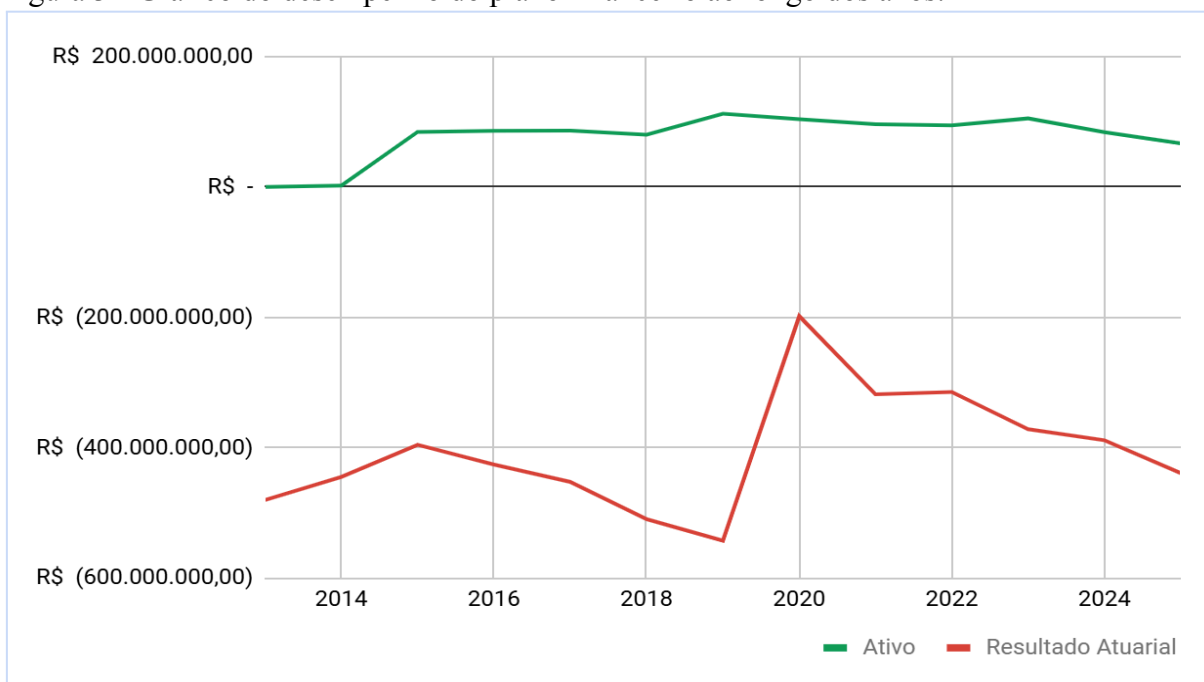
Figura 2 - Gráfico do desempenho do plano previdenciário ao longo dos anos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Da mesma forma, segue ilustrado abaixo a representação gráfica da série histórica dos resultados do Plano Financeiro.

Figura 3 - Gráfico do desempenho do plano financeiro ao longo dos anos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A análise histórica do RPPS desse estudo vai além da simples mensuração dos saldos, taxas e indicadores dos planos, ela busca compreender também como as leis, emendas e portarias afetaram o desempenho do RPPS varginhense ao longo do tempo, procurando comparar a situação do regime hoje em relação à algumas fase de sua existência.

Dessa forma, temos abaixo uma linha cronológica que passa por algumas das mudanças na organização da previdência social de Varginha.

#### 4.1 LINHA DO TEMPO DO RPPS DE VARGINHA

Nossa cronologia começa em **03 de dezembro de 1993**, quando a **Lei Municipal nº 2.404** criou o Fundo de Aposentadoria e Pensões (**FAPEN**) (Varginha, 1993), marcando o nascimento do primeiro RPPS de Varginha. Ainda em dezembro, foram detalhados os servidores que estavam sendo cobertos, as fontes de custeio e atribuições da gestão, e lançadas as bases para o sistema previdenciário municipal que passava a entrar em vigor, tendo 3 anos como carência para juntar recursos que financiariam os benefícios concedidos (INPREV, 2021).

Já em **24 de novembro de 2008**, a **Lei Municipal nº 4.965** transformou o FAPEN na autarquia que hoje é técnica e financeiramente responsável pela gestão da previdência própria dos servidores de varginha, o Instituto de Previdência Social dos Servidores de

Varginha (**INPREV**) (Varginha, 2008) , dando assim, autonomia jurídica, patrimonial e orçamentária, além de conceder espaço para conselhos deliberativos e executivos independentes de outras autarquias e prefeitura. Em dezembro do mesmo ano, o Ministério da Previdência Social publicou a **Portaria MPS nº 403/2008**, que estabeleceu parâmetros técnicos para avaliações e demonstrativos atuariais dos RPPS, impondo critérios de equilíbrio financeiro e atuarial, incluindo a possibilidade de optar pela segregação de massas como uma ferramenta de amortização do déficit atuarial (Brasil, 2008).

A criação do INPREV, associada à **MPS nº 403**, representou um grande avanço técnico para Varginha. Embora a **Portaria nº 4.992/1999** já tivesse estabelecido regras gerais de funcionamento para os RPPS (Brasil, 1999) e a **emenda EC nº 41/2003** tenha dado consistência a esses regimes — definindo alíquotas mínimas, alterando o cálculo dos proventos de aposentadoria e fixando regras de transição sobre paridade e integralidade (Brasil, 2003) —, foi em 2008 que o regime próprio de Varginha passou por uma complexificação significativa, contando agora com uma interação entre atuário, ente federativo e unidade gestora.

Em **28 de maio de 2013**, a **Lei Municipal nº 5.710** instituiu a segregação de massas no RPPS de Varginha, distinguindo servidores ingressos antes e depois de **1º de maio de 1994** em dois planos distintos, o financeiro e o previdenciário (Varginha, 2013). Na sequência, o Ministério da Previdência Social publicou, em 2013, a **Portaria MPS nº 21/2013**, e em **2015** as **Portarias MPS nº 185** e **SPS nº 3**, elas vieram para introduzir obrigações de prestação de informações mais completas à **SPREV** e ao **MPS**, a fim de facilitar o monitoramento dos RPPS (Gosmann, 2020, 35 min 22 seg). A **MPS nº 21/2013**, trouxe também, novas orientações a respeito do parcelamento de débitos, implicando até mesmo na liberdade que havia sido dada em 2008 para a segregação de massas. Agora a segregação só poderia ser instituída caso fosse comprovada a inviabilidade do plano de amortização e repasses – muito devido aos casos sem sucesso –, reforçando também a necessidade de visões separadas sobre os riscos e financiamentos de cada corte (Gosmann, 2024, 15 min 30 seg).

Nesse contexto, Varginha teve como objetivo, na implementação da segregação de massas, equacionar o déficit atuarial e restabelecer a regularidade previdenciária. Mantendo os servidores antigos em regime de repartição simples no plano financeiro, e trazendo o segundo corte para o plano previdenciário, fazendo uma separação que permitiu ao município capitalizar seu ativo, organizar suas obrigações, destravar recursos federais e adotar premissas atuariais mais sólidas, garantindo maior transparência e sustentabilidade ao sistema.

Dessa forma, após a segregação de massas ocorreram mudanças nas alíquotas de

contribuição. Quando existia apenas um plano, a alíquota normal era de **22%** e, diante do déficit presente nesse plano, foi revelado a necessidade de alíquotas suplementares elevadas, como a sugerida na avaliação atuarial de **2012** de **31%**. E dado o contexto de inviabilidade orçamentária, recomendou-se um aumento gradual da alíquota suplementar para mitigar o efeito financeiro imediato sobre o orçamento do município mas também o desequilíbrio atuarial, contudo essas medidas não perduraram (INPREV, 2012, p. 37).

Em **2013** surgiu a referida proposta de segregação de massas, em termos práticos, ela permitiu revisar os regimes separadamente, elevando a alíquota normal do plano previdenciário para **30%** enquanto o plano financeiro permaneceu em **22%**, isso possibilitou extinguir as alíquotas suplementares, propondo agora o equacionamento do déficit por meio de um plano de amortização custeado pelo ente federativo no regime de repartição simples (INPREV, 2013, p. 30-33).

Outro marco para a nossa cronologia foi em **19 de novembro de 2018**, onde a **Portaria MF nº 464/2018** foi promulgada substituindo algumas normas anteriores, por ser muito mais completa e atualizada que a de 2008 – saindo de **35 artigos** em **2008** para **87** em **2018**, contando ainda com mais **10** instruções normativas –, ela reforçou procedimentos obrigatórios para as avaliações atuariais dos RPPS, orientou a definição do plano de custeio, o equacionamento de déficit e a apuração das provisões, dando ênfase na transparência, na solvência e na gestão responsável. Contando para isso, com uma ainda mais efetiva, responsabilidade compartilhada entre o ente, o atuário e a unidade gestora, já que muitas vezes o atuário realizava o planejamento e a análise das hipóteses atuariais sem a devida participação dos demais responsáveis, assim, a portaria reforçou a cobrança sobre o cumprimento de cada papel, seja os compartilhados ou os individuais (Gosmann, 2020, 68 min 50 seg).

Embora a **portaria MF nº 464/2018** tenha sido muito relevante para o cenário de prestação de contas, a situação atuarial do plano previdenciário já se encontrava num contexto de regularidade financeira e de gestão satisfatória, mas o déficit do plano financeiro não. Por isso, no ano seguinte houve um novo ajuste que trouxe a alíquota normal do plano financeiro de **22%** para **30%**, igualando-se à do plano previdenciário (INPREV, 2019). Até esse momento as avaliações atuariais consideravam as despesas administrativas como um carregamento de **2%** da receita do sistema, percentual que permaneceu vigente até **2020** quando foi elevado para **3%** (INPREV, 2020, p. 33-34). Bem como em relação às hipóteses das taxas de juros reais, até **2020**, adotava-se **6%** ao ano, valor que correspondia ao limite legal naquele período.

Logo após a **MF nº 464/2018** tivemos a última reforma da previdência, promovida pela **Emenda Constitucional nº 103/2019**. Ela teve um impacto profundo nos RPPS, pois alterou as idades mínimas para se aposentar, mudou algumas regras de transição, encerrando, por exemplo, novas entradas em aposentadorias com direito à integralidade e à paridade, criou a possibilidade de optar por alíquotas progressivas onde as contribuições poderiam variar conforme o salário do servidor, ou assumir o valor de **14%** para a contribuição dos servidores (GOSMANN, 2024, 51 min 30 seg).

Essa mudança nas condições de elegibilidade associada à adoção de **14%** para a alíquota de contribuição dos servidores melhorou o cenário de equilíbrio atuarial de **2019** para **2020** para o RPPS de Varginha, como pode ser observado nas figuras 2 e 3. Pois significou um maior período de contribuição por parte dos servidores, e um menor período médio de recebimento de benefícios. Além disso, foi alterada a taxa de juros atuarial do plano financeiro de **0%** para a mesma aplicada ao previdenciário (**6%**), motivo principal da queda do déficit do plano financeiro (INPREV, 2020, p. 40), e embora a aplicação dessa taxa não reduza o valor efetivamente pago aos beneficiários, ela mostra, em conjunto a todo o cálculo atuarial, a quantia que falta hoje para termos no plano o equilíbrio atuarial. Por fim, no ano seguinte definiram a arrecadação da alíquota normal de **30%** para **33%** (INPREV, 2021).

No dia **11 de outubro de 2022**, o INPREV atualizou suas avaliações atuariais para se alinhar à **Portaria MTP nº 1.467/2022**. Ela surgiu para definir os parâmetros e as diretrizes gerais a fim de organizar o funcionamento dos RPPS, onde, agora através de 285 artigos passou a unificar as diversas normativas e direcionamentos que eram distribuídos em inúmeras portarias. Sendo, por isso, e por algumas outras atualizações objetivas, uma portaria tão mencionada na Avaliação Atuarial de 2025 (Agenda Assessoria, 2022).

O ano de **2022** foi o ano, dentre os que possuem avaliação atuarial dispostas no site do INPREV, onde houve o maior aumento na taxa de crescimento salarial (**12,92%**), seguido por **2020 (6,59%)** (INPREV, 2023, p.41), e este crescimento impacta diretamente o resultado atuarial dos planos do RPPS, como podemos observar nas figuras 2 e 3. Vale ressaltar também, a nível de comparação, que o efeito direto causado pela pandemia iniciada também em 2020, sobre a proporção de servidores ativos e inativos, ficou muito aquém do efeito causado pelos aumentos salariais para o equilíbrio atuarial, essa comparação pode ser feita a partir dos apêndices A, B, C e D deste trabalho.

Para encerrarmos a nossa análise histórica das mudanças ocorridas no regime próprio de previdência de Varginha, é preciso ressaltar que este trabalho tentou passar pelos principais pontos com efeitos sobre o desempenho atuarial dos planos, mas houveram muitos outros

fatores internos e externos à gestão do regime que afetaram direta e indiretamente os resultados atuariais e financeiros de alguns exercícios, como por exemplo as mudanças ocorridas a partir de **2019** sobre as taxas de juros reais, onde ano a ano foram sendo modificadas passando de **6%** em **2019**, como descrito acima, para **5,89%** em **2020** até chegar no valor atual de **5,24%**, afetando significativamente o passivo atuarial dos planos; podemos citar também algumas mudanças nas taxas de juros que superaram as expectativas do retorno projetado para os investimentos do regime de capitalização; ou ainda os aumentos pontuais no número de servidores públicos municipais. E embora elas também sejam significativas, principalmente para a tomada de decisões por parte dos gestores do RPPS, são também complexas e demandam maiores e mais aprofundados estudos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O RPPS de Varginha avançou tecnicamente e institucionalmente nas suas três décadas de existência, desde a criação do FAPEN, passando pela mudança para a autarquia INPREV, pela adoção à segregação de massas, até as diversas incorporações de normas federais e municipais que fortaleceram a transparência, o controle, a sustentabilidade e o rigor técnico das avaliações e demonstrativos atuariais, melhorando não só a governança mas também a responsabilização na prestação de contas por parte do ente federativo, da unidade gestora e do atuário responsável.

Quanto às características da população de servidores públicos de Varginha podemos salientar algumas em específico que mostram uma perspectiva geral representativa. Apesar da diferença entre os parâmetros das populações dos dois planos, observamos uma idade média avançada de 44,9 anos para todos os servidores ativos do regime, já em relação aos servidores inativos temos uma média de 65,2 anos. Outro parâmetro que nos permite mensurar o nível de recurso financeiro de toda a massa de servidores é o salário médio de R\$4.024,30, bem como o valor de R\$20.041.043,91 da folha de pagamento mensal nos permite ter uma noção do impacto que o setor público municipal tem na economia regional. Também em relação ao impacto deste setor público sobre a população local é quanto a igualdade de gênero no mercado de trabalho, pois como mencionado, temos 2.128 dos 3.178 cargos públicos ocupados por mulheres, que em média têm salários acima da média varginhense.

De forma geral, em relação à análise do resultado atuarial de 2025, revelou-se uma dupla realidade de equilíbrio atuarial, onde, enquanto o plano previdenciário encontra-se em equilíbrio sem a dependência de coberturas de insuficiências financeiras, mesmo que com um superávit marginal muito sensível a pequenas variações nas hipóteses econômicas e biométricas; o plano financeiro só mantém um resultado atuarial em equilíbrio devido à promessa de cobertura municipal das insuficiências financeiras no valor de **R\$ 439.175.667,03**, exigindo do programa de equacionamento do balanço atuarial uma vigilância quanto a sua viabilidade orçamentária para que permaneça adimplente, principalmente entre as mudanças nas gestões municipais.

Já a análise histórica mostrou como o RPPS de Varginha amadureceu tecnicamente desde 1993 até o atual momento, adotando a cada marco, práticas mais sustentáveis para o sistema previdenciário varginhense, garantindo transparência e solvência para os planos com uma realidade demográfica para os servidores públicos no mínimo desafiadora. É necessário destacar também o compromisso da gestão do ente federativo, principalmente após a

segregação de massas, que a despeito dos altos valores deficitários do plano financeiro, assumiu o compromisso do repasse destes valores periódicos, garantindo a situação superavitária do regime de capitalização do plano previdenciário, bem como sua economicidade.

Para encerrar o trabalho, vale a consideração sobre a fiscalização e o acompanhamento técnico realizado pela SPREV, onde após o processamento dos relatórios, demonstrativos e avaliações, produz apreciações sobre a realidade atuarial dos municípios. Um dos pareceres é o Índice de Situação Previdenciária (ISP), e nessa avaliação Varginha foi avaliado com um **Perfil Atuarial IV**, implicando que o RPPS do município apresenta elevada maturidade demográfica mas com sólida capacidade financeira e boas práticas de governança, mantendo regularidade no envio de informações, e boa suficiência financeira. Além de apresentar acumulação de recursos, cobertura previdenciária e gestão do RPPS, ou seja, os indicadores e o perfil atuarial apontam para uma situação atuarial estável (Brasil, 2024). O que acrescenta uma boa perspectiva de comparação com o contexto dos RPPS do Brasil, e confere consonância ao estudo apresentado neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

AGENDA ASSESSORIA. **Debate sobre as alterações e inovações pela portaria MTP nº 1.467/2022** [vídeo]. YouTube, 2022. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=bdpDGi2rU3U>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Índice de Situação Previdenciária – ISP 2024: resultado final revisado (29/11/2024)**. Brasília: MPS, 2024. Disponível em:

[https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/ISP\\_2024\\_resultado\\_final\\_Revisado\\_29\\_11\\_2024.xlsx](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/ISP_2024_resultado_final_Revisado_29_11_2024.xlsx). Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS nº 3.811, de 4 de dezembro de 2024. Dispõe sobre diretrizes atuariais, reposição de segurados e fortalecimento da governança nos RPPS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2024. Disponível em:

[https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/portarias\\_todas/PortariaMPSn3.811de4dez2024.pdf](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/portarias_todas/PortariaMPSn3.811de4dez2024.pdf). Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008. Atualizada até 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008. Disponível em:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/arquivos/2008/portaria-mps-no-403-de-10dez2008-atualizada-ate-29dez2014-revogada.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MPAS nº 4.992, de 5 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre parâmetros e diretrizes gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dá outras providências.

**Diário Oficial da União**, Brasília, 1999. Disponível em:

<https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=181351>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022. Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/destaques/portaria-mtp-no-1-467-de-02-junho-de-2022>. Acesso em: 16 out. 2025.

CADASTRO NACIONAL DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

**Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial (DRAA), 2025**. Brasília: Ministério da Previdência Social, CADPREV, 2025. Disponível em:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>. Acesso em: 15 out. 2025.

GOSMANN, Máris. **O papel do atuário na portaria 464/2018 com Michele Dall Agnol** [vídeo]. YouTube, 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=sBPfPqA2QB8&t=39s>. Acesso em: 16 out. 2025.

GOSMANN, Máris. **Segregação de massa em RPPS com André Grau - gestão atuarial** [vídeo]. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-q8ICFuo6dA>. Acesso em: 16 out. 2025.

HOLMBERG, S.; ROTHSTEIN, B.; NASIRITOUSI, N. **Quality of Government: What You Get. QoG Working Paper Series**, n. 2008:21. Göteborg: The Quality of Government Institute, University of Gothenburg, 2008. p. 1-16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: número de idosos na população do país cresceu 57,4% em 12 anos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/38186-censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 14 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Varginha (MG). Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/varginha/panorama>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG. **Idade média do trabalhador brasileiro está chegando aos 40 anos**. São Paulo: MAG, 2023. Disponível em: <https://institudelongevidade.org/longevidade-e-trabalho/oportunidades/idade-media-do-trabalhador-brasileiro>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Avaliação atuarial - 2012**. Varginha: INPREV, 2012. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Avaliação atuarial - 2013**. Varginha: INPREV, 2013. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Avaliação atuarial - 2019**. Varginha: INPREV, 2019. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Avaliação atuarial - 2020**. Varginha: INPREV, 2020. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Avaliação atuarial - 2022**. Varginha: INPREV, 2022. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Avaliação atuarial - 2023**. Varginha: INPREV, 2023. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Avaliação atuarial - 2025**. Varginha: INPREV, 2025. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Histórico do RPPS**. Varginha: INPREV, 2021. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/historico-do-rpps/>. Acesso em: 16 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Relatório da gestão atuarial - 2019**. Varginha: INPREV, 2019. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Relatório da gestão atuarial - 2025**. Varginha: INPREV, 2025. Disponível em: <https://inprev.varginha.mg.gov.br/atuarial/>. Acesso em: 15 out. 2025.

MAIO, Clayton. **A reforma previdenciária brasileira: desafios, impactos e perspectivas**. São Paulo: Jusbrasil, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-reforma-previdenciaria-brasileira-desafios-impactos-e-perspectivas/2264706629>. Acesso em: 12 nov. 2025.

OMRAN, Abdel R. **The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change**. *Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971.

VARGINHA. Lei nº 2.404, de 3 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos servidores municipais, pensão aos seus dependentes, institui o Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAPEN, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Varginha**, Varginha, 1993. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/373602/lei-2404-93>. Acesso em: 16 out. 2025.

VARGINHA. Lei nº 4.965, de 24 de novembro de 2008. Dispõe sobre a reorganização do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Varginha, cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha. **Diário Oficial do Município de Varginha**, Varginha, 2008. Disponível em: [https://www.varginha.mg.gov.br/portal/leis\\_decretos/575/](https://www.varginha.mg.gov.br/portal/leis_decretos/575/). Acesso em: 16 out. 2025.

VARGINHA. Lei n. 5.710, de 24 nov. 2009. Dispõe sobre a segregação da massa de segurados no Regime Próprio de Previdência Social do município de Varginha – INPREV e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Varginha**, Varginha, 2009. Disponível em: [https://www.varginha.mg.gov.br/portal/leis\\_decretos/9295/](https://www.varginha.mg.gov.br/portal/leis_decretos/9295/). Acesso em: 15 out. 2025.

## APÊNDICE A – SÉRIE HISTÓRICA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO

Quadro 7 - Série histórica do resultado atuarial do plano financeiro

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ativo	R\$ 0,00	R\$ 2.106.473,43	R\$ 84.673.329,40	R\$ 86.190.788,47	R\$ 86.566.793,81	R\$ 80.441.640,59	R\$ 112.493.920,23
Alíquota Praticada	22%	22%	22%	22%	22%	22%	30%
Resultado (Aliq Prat 75 anos)	R\$ -480.512.293,13	R\$ -445.015.900,81	R\$ -395.752.347,81	R\$ -426.028.220,63	R\$ -452.638.525,87	R\$ -509.841.366,46	R\$ -543.029.640,90
Número de Servidores	787	754	651	588	520	443	369
Despesa com Servidores	R\$ 1.533.899,70	R\$ 1.655.627,00	R\$ 1.514.212,27	R\$ 1.515.270,16	R\$ 1.426.620,50	R\$ 1.299.155,69	R\$ 1.115.515,39
Número de Aposentados	59	63	149	214	258	327	394
Despesa com Aposentados	R\$ 132.987,24	R\$ 154.078,14	R\$ 352.101,81	R\$ 535.792,11	R\$ 703.590,01	R\$ 942.939,80	R\$ 1.199.938,54
Número de Pensionistas	3	3	6	7	6	15	16
Despesa com Pensionistas	R\$ 2.261,70	R\$ 3.089,68	R\$ 11.162,56	R\$ 13.616,80	R\$ 14.015,84	R\$ 40.205,57	R\$ 45.323,49
Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Ativo	R\$ 104.021.269,42	R\$ 96.614.799,83	R\$ 94.813.670,33	R\$ 105.382.176,87	R\$ 84.095.551,75	R\$ 66.984.309,56	
Alíquota Praticada	33%	33%	33%	33%	33%	33%	
Resultado (Aliq Prat 75 anos)	R\$ (198.102.762,90)	R\$ (318.134.504,81)	R\$ (314.728.250,72)	R\$ (371.858.865,94)	R\$ (388.716.977,27)	R\$ (439.175.667,03)	
Índice de Cobertura (%)	34,43	34,43	23,15	22,08	17,79	13,23	
Número de Servidores	306	255	216	163	119	97	
Despesa com Servidores	R\$ 985.552,23	R\$ 930.402,53	R\$ 838.907,51	R\$ 737.617,88	R\$ 606.147,96	R\$ 511.916,90	
Número de Aposentados	460	507	539	584	617	628	
Despesa com Aposentados	R\$ 1.442.367,00	R\$ 2.021.085,75	R\$ 2.116.239,19	R\$ 2.645.071,55	R\$ 2.825.844,61	R\$ 3.143.322,12	
Número de Pensionistas	18	20	18	48	50	54	
Despesa com Pensionistas	R\$ 60.729,73	R\$ 68.591,90	R\$ 64.810,02	R\$ 156.561,58	R\$ 188.918,12	R\$ 236.467,79	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

## APÊNDICE B – SÉRIE HISTÓRICA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

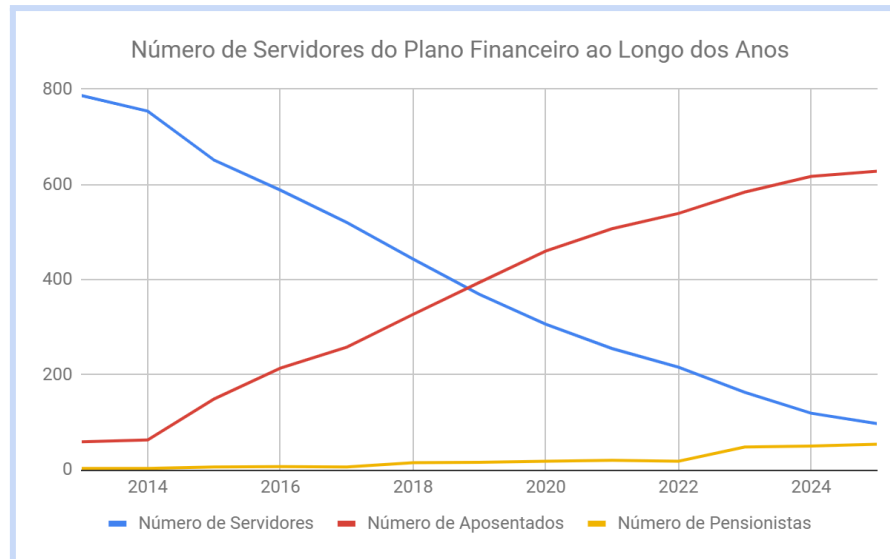
Quadro 8 - Série histórica do resultado atuarial do plano previdenciário

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ativo	R\$ 184.502.905,97	R\$ 199.300.265,15	R\$ 210.945.377,51	R\$ 237.627.727,50	R\$ 281.963.635,78	R\$ 324.794.210,66	R\$ 329.337.224,27
Alíquota Praticada	30%	30%	30%	30%	30%	30%	30%
Crescimento Salarial	0,78%	0,95%	0,91%	0,52%	0,72%	0,91%	0,92%
Resultado (Aliq Prat 75 anos)	R\$ +4.386.592,49	R\$ +292.337,96	R\$ +15.737.366,05	R\$ +33.229.142,14	R\$ +36.138.751,09	R\$ +45.289.888,03	R\$ +3.608.030,26
Número de Servidores	2.206	2.338	2.305	2.340	2.305	2.385	2.415
Despesa com Servidores	R\$ 3.298.059,50	R\$ 3.627.795,10	R\$ 3.776.021,40	R\$ 4.318.665,68	R\$ 4.583.484,05	R\$ 5.312.124,39	R\$ 5.640.497,27
Número de Aposentados	552	580	589	608	648	667	689
Despesa com Aposentados	R\$ 671.613,78	R\$ 838.594,35	R\$ 817.201,59	R\$ 932.609,33	R\$ 1.102.997,73	R\$ 1.207.120,55	R\$ 1.294.193,82
Número de Pensionistas	138	147	157	172	172	176	187
Despesa com Pensionistas	R\$ 143.272,41	R\$ 173.042,54	R\$ 172.123,68	R\$ 209.625,96	R\$ 220.888,32	R\$ 248.353,80	R\$ 263.637,18
Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Ativo	R\$ 395.167.615,49	R\$ 413.956.774,62	R\$ 408.744.361,25	R\$ 430.694.812,14	R\$ 542.916.135,35	R\$ 593.985.857,08	
Alíquota Praticada	33%	33%	33%	33%	33%	33%	
Crescimento Salarial	6,59%	0,59%	12,92%	0,92%	0,84%	1%	
Resultado (Aliq Prat 75 anos)	R\$ 71.548.621,39	R\$ 4.360.533,77	R\$ 1.333.870,60	R\$ (37.630.740,46)	R\$ 11.458.905,34	R\$ 122.981.898,34	
Índice de Cobertura (%)	122,11	101,06	100,33	91,96	102,16	126,11	
Número de Servidores	2.625	2.821	2.868	2.893	2.946	3.081	
Despesa com Servidores	R\$ 6.398.147,56	R\$ 7.624.593,96	R\$ 8.150.095,27	R\$ 9.624.599,06	R\$ 11.503.800,66	R\$ 12.658.795,94	
Número de Aposentados	710	727	763	809	852	877	
Despesa com Aposentados	R\$ 1.376.868,38	R\$ 1.624.988,81	R\$ 1.812.804,92	R\$ 2.385.486,89	R\$ 2.535.611,44	R\$ 2.898.821,66	
Número de Pensionistas	202	215	203	218	217	243	
Despesa com Pensionistas	R\$ 289.794,47	R\$ 340.644,47	R\$ 343002,73	R\$ 421.723,74	R\$ 447.689,06	R\$ 591.719,50	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

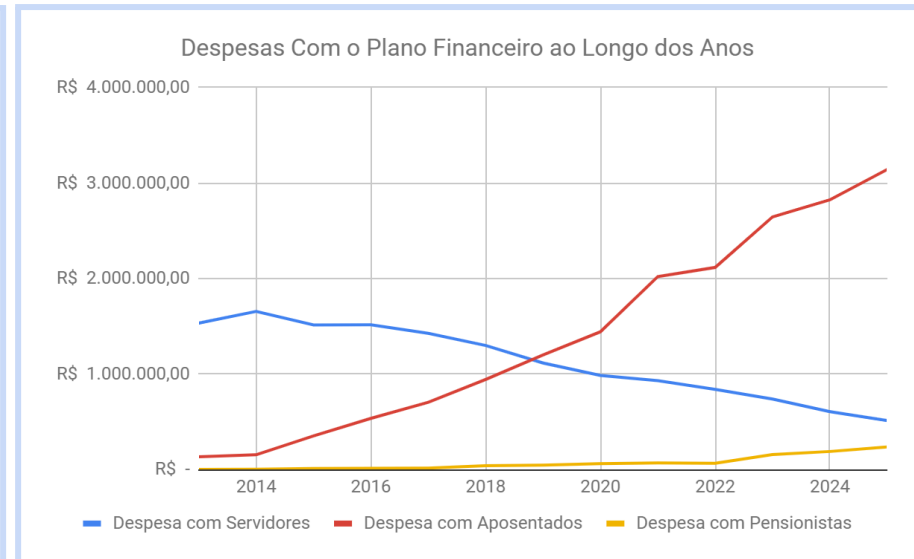
## APÊNDICE C – SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS E DOS NÚMEROS DE SERVIDORES DO PLANO FINANCEIRO

Figura 4 - Número de servidores do plano financeiro



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

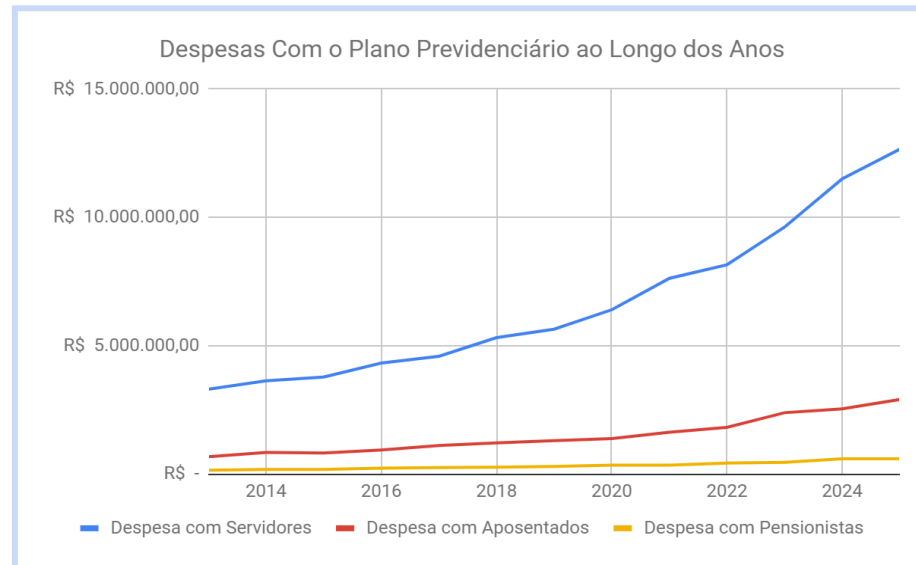
Figura 5 - Despesas com servidores do plano financeiro



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

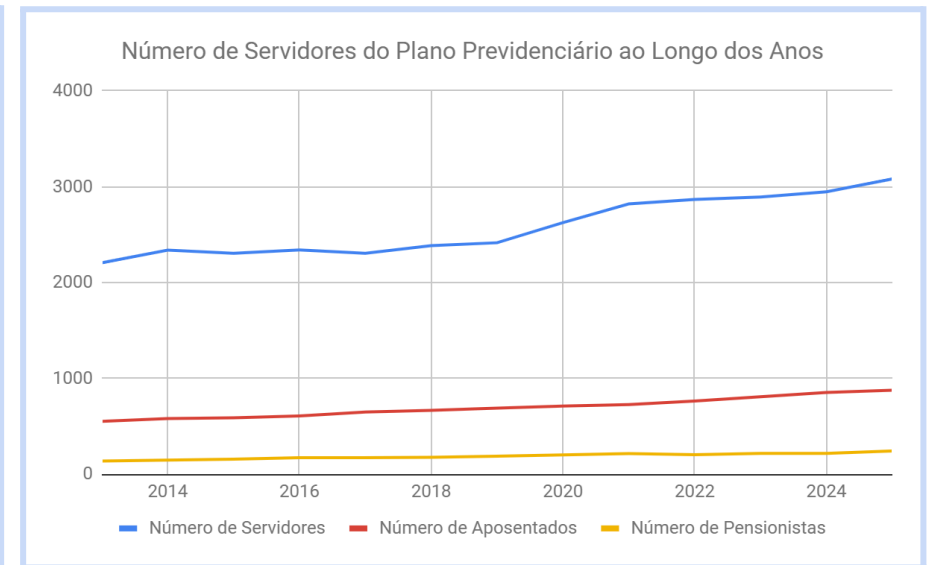
## APÊNDICE D – SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS E DOS NÚMEROS DE SERVIDORES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Figura 6 - Número de servidores do plano previdenciário



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

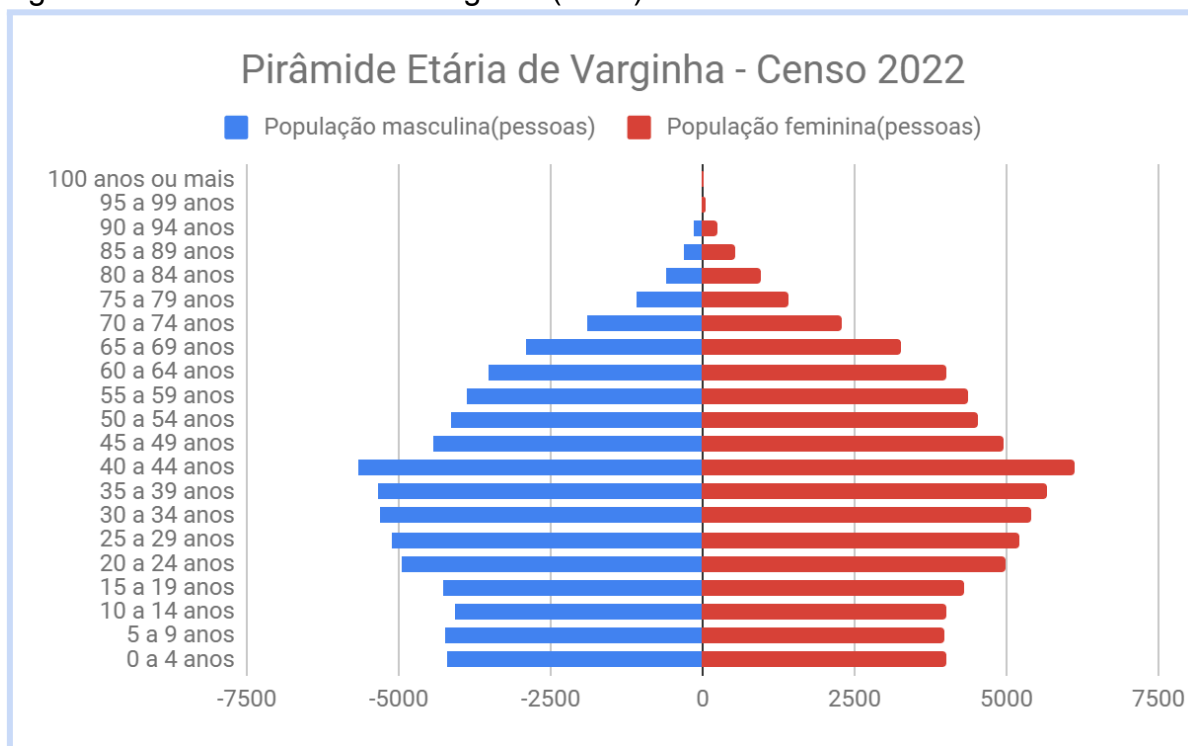
Figura 7 - Despesas com servidores do plano previdenciário



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

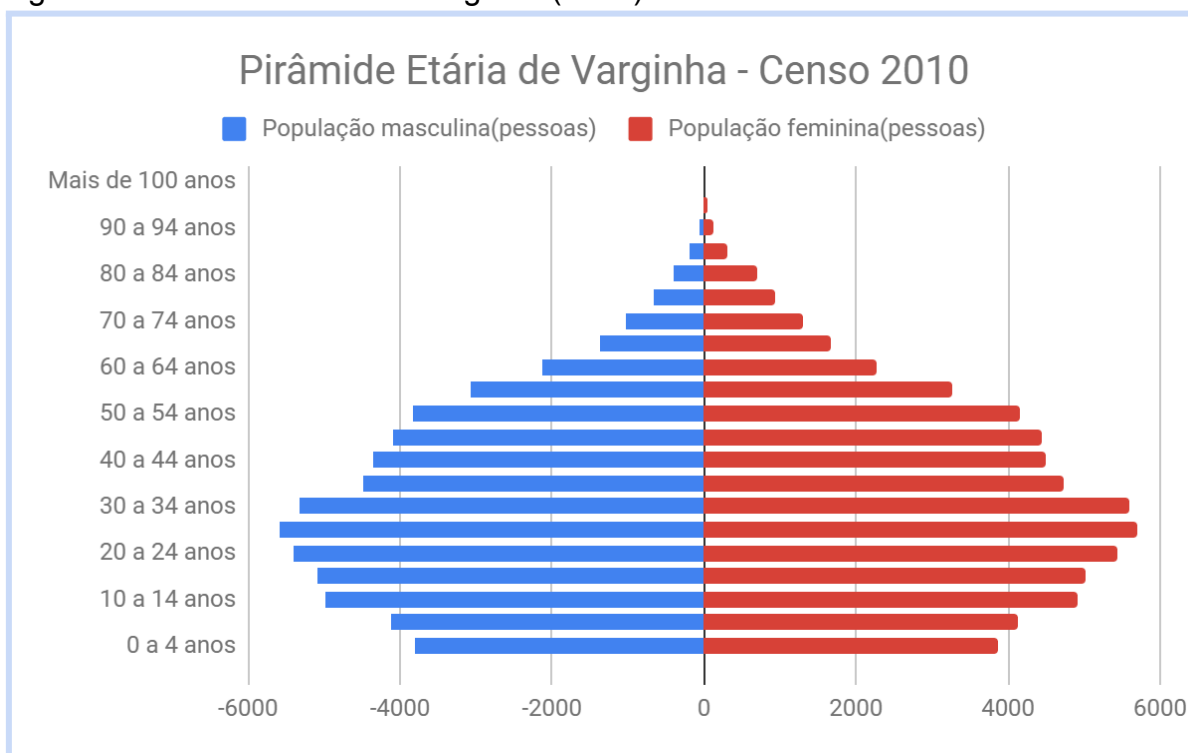
## APÊNDICE E – PIRÂMIDES ETÁRIAS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

Figura 8 - Pirâmide etária de Varginha (2022)



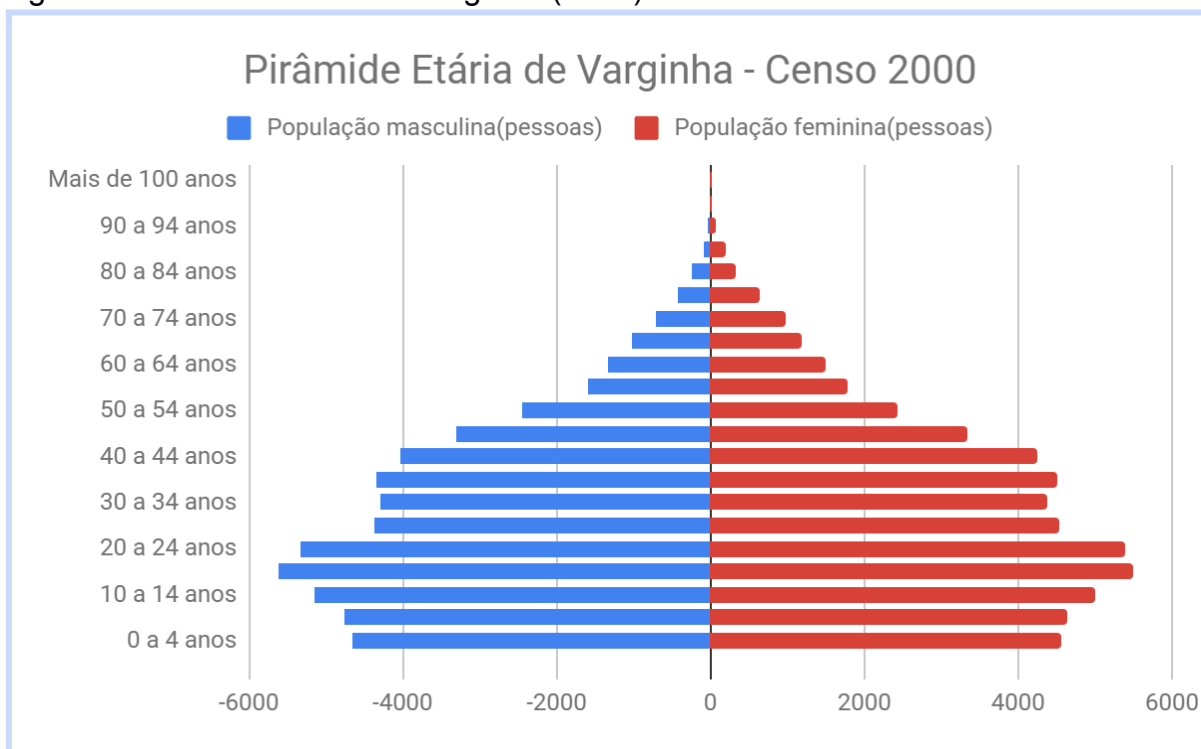
Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

Figura 8 - Pirâmide etária de Varginha (2010)



Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

Figura 8 - Pirâmide etária de Varginha (2000)



Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

## ANEXO A – PLANO DE CUSTEIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO (2025)

### Quadro 9 - Plano de custeio do plano previdenciário

(continua)

Plano de Custeio da Avaliação Atuarial de 2025 (Plano Previdenciário)	Geração Atual	Gerações Futuras
Valor Atual dos Salários Futuros	1.946.562.406,32	927.479.454,59
<b>ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS</b>	593.985.857,08	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	413.589.411,80	
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	132.150.221,64	
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS		
Aplicações em Enquadramento - RPPS		
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS		
Demais Bens, direitos e ativos	48.246.223,64	
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	-429.189.373,94	
<b>VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	506.243.005,99	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	290.782.748,86	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	87.323.344,22	
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais		
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	53.659.237,78	
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	74.477.675,13	
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar		
<b>VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	77.053.632,05	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados	6.021.575,24	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Pensionistas	208.612,05	
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	70.823.444,76	
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :</b>	-162.748.277,64	-121.085.556,83
<b>VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER:</b>	842.490.663,52	156.727.883,44
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	537.551.726,82	97.239.502,22
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	79.244.049,48	17.780.612,96
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	145.489.373,62	11.115.405,41
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	39.841.217,73	19.420.586,37
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	17.074.807,60	8.323.108,45
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	23.289.488,27	2.848.668,03
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios		
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar		
<b>VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER:</b>	679.742.385,88	277.813.440,27
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente	303.552.053,12	147.966.227,66

## Quadro 9 - Plano de custeio do plano previdenciário

(conclusão)

Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	266.288.437,38	129.847.212,61
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados		
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Pensionistas		
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	109.901.895,38	
PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:		
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei		
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários		
RESULTADO ATUARIAL	2.048.205,50	
Déficit Atuarial		
Equilíbrio Atuarial		
Superávit Atuarial	2.048.205,50	
DESTINAÇÃO DO RESULTADO		
Provisão de Contingências (até 25% dos Compromissos)		
Provisão para revisão do plano de custeio (acima 25% dos Compromissos)		
FUNDOS CONSTITUÍDOS		
Fundo Garantidor de Pensão de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura		
Fundo Garantidor de Aposentadoria por Invalidez de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura		
Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples		
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Capitalização		

Fonte: CADPREV (2025)

## ANEXO B – PLANO DE CUSTEIO DO PLANO FINANCEIRO (2025)

### Quadro 9 - Plano de custeio do plano financeiro

(continua)

Plano de Custeio da Avaliação Atuarial de 2025 (Plano Financeiro)	Geração Atual
Valor Atual dos Salários Futuros	R\$ 68.272.068,93
<b>ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS</b>	R\$ 66.984.309,56
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 9.516.066,19
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 0,00
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ 0,00
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00
Demais Bens, Direitos e Ativos	R\$ 57.468.243,37
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	R\$ 436.754.359,89
<b>VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	R\$ 517.380.626,91
Aposentadorias Programadas	R\$ 342.141.884,63
Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 128.178.567,52
Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 2.682.328,21
Aposentadorias por Invalidez	R\$ 12.765.080,67
Pensões por Morte	R\$ 31.612.765,88
Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00
<b>VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	R\$ 80.626.267,02
Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 7.701.568,28
Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 543.135,80
Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 72.381.562,94
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :</b>	R\$ 69.405.616,70
<b>VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER:</b>	R\$ 83.033.775,32
Aposentadorias Programadas	R\$ 35.136.829,74
Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 13.023.857,35
Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 18.172.928,23
Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00
Pensões por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00
Pensões por Morte de Aposentados	R\$ 16.700.160,00
Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00
Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00

## Quadro 9 - Plano de custeio do plano financeiro

(conclusão)

VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 13.628.158,62
Contribuições Futuras do Ente	R\$ 698.337,94
Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	R\$ 1.313.382,37
Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 0,00
Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 0,00
Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 11.616.438,31
PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:	R\$ 439.175.667,03
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial	R\$ 0,00
Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ 439.175.667,03
RESULTADO ATUARIAL	—
Déficit Atuarial	R\$ 0,00
Equilíbrio Atuarial	R\$ 0,00
Superávit Atuarial	R\$ 0,00
DESTINAÇÃO DO RESULTADO	—
Provisão de Contingências	R\$ 0,00
Provisão para Revisão do Plano de Custeio	R\$ 0,00
FUNDOS CONSTITUÍDOS	—
Fundo Garantidor de Benefícios	R\$ 0,00
Fundo de Oscilação de Riscos	R\$ 0,00
Fundo Administrativo	R\$ 0,00
RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS PARA O EXERCÍCIO	R\$ 45.256.936,24
TOTAL DE DESPESAS ESTIMADAS	R\$ 45.256.936,24
Resultado Financeiro Estimado para o Exercício	—
Déficit Financeiro	R\$ 0,00
Equilíbrio Financeiro	R\$ 0,00
Superávit Financeiro	R\$ 0,00

Fonte: CADPREV (2025)